



BRASIL AGORA



ANO I Nº 22

31 DE AGOSTO A 13 DE SETEMBRO DE 1992

CR\$ 5.600,00

O POVO QUER COLLOR NA CADEIA



MATUTI MAYEZO/FI

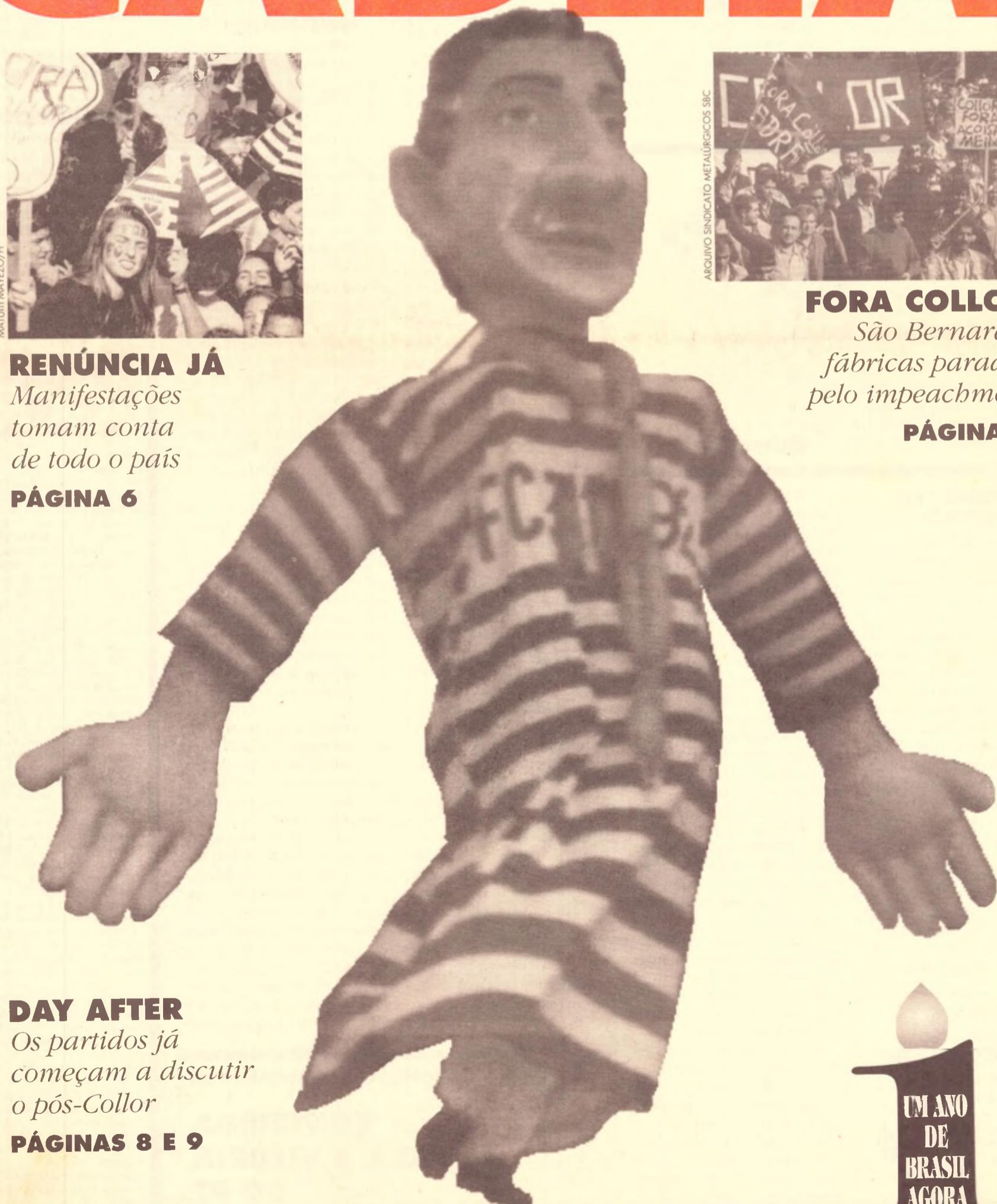


ARQUIVO SINDICATO METALÚRGICOS SBC

RENÚNCIA JÁ

Manifestações
tomam conta
de todo o país

PÁGINA 6



DAY AFTER

Os partidos já
começam a discutir
o pós-Collar

PÁGINAS 8 E 9





MAIS ESPAÇO

Não sei se agradeço a publicação, ou me desculpo pela ousadia de exigir. Eu, como todo militante preciso de um veículo para expor o que penso, me comunicar com todo o PT, independente das tendências. Nunca fiz parte de nenhuma direção, de nenhuma elite do partido, já que não fico muito tempo em nenhum lugar. Porém cumpro a minha militância em todos eles, como no Rio, Macaé, São Miguel dos Campos (AL), Fortaleza e agora aqui em Vitória, sempre como militante de base.

Eu vejo o Brasil Agora como um de veículo que precisamos. Peço mais espaço para a seção diálogo, bem como a publicação autorizada dos endereços dos correspondentes, para ampliar o debate, a troca dirigida de opiniões para encontrarmos sínteses que sejam soluções.

FIRMO DE S. ARAÚJO JR.

Vitória, ES

contaminatória pela forte tendência institucionalizatória da postura de ilicitude ética de reiterada ignorância do conteúdo do mandato político conferido aos representantes-mandatários pelos representados-mandantes, mantida por certa fração dos integrantes do Poder Legislativo.

Tal postura, temporalmente imprescritível, porque eticamente ilícita, difere à posteridade e à história inexoravelmente, o julgamento de seus autores, para expiação adequada, se sua insensibilidade reputar irrelevantes o veredito de seus contemporâneos.

CARLOS EDUARDO DI PIETRO
São Paulo, SP

BRASA ARDENTE

O Brasil Agora nº 20 publicou uma carta do leitor Marcos Gomes, de Munster, Alemanha que em seu último parágrafo fez críticas à greve dos condutores de São Paulo.

próximas a 5%. Aqui os motoristas e cobradores acumulavam perdas de 89%, reconhecidas e garantidas pela justiça do trabalho e que, antes disso, não eram sequer admitidas pela administração municipal.

O PT é um partido democrático e, enquanto tal, acredita que a verdade emana do debate entre diferentes opiniões. De qualquer forma é certo que não têm nenhum futuro posições que queiram fazer, do movimento sindical cutista, correia de transmissão de posições partidárias.

Igualmente sem futuro apresentam-se as posições que pretendam domesticar o movimento sindical quando vivermos sob administrações do Partido dos Trabalhadores. O movimento dos condutores de São Paulo foi um conflito trabalhista com a administração municipal. O próprio PT compreendeu que o movimento e suas reivindicações eram pra lá de justas.

Entender que sob administrações petistas a saúde reivindicatória dos trabalhadores deve sofrer seqüelas é de fato propor um "apelegamento" inaceitável. As administrações petistas devem mostrar-se aptas a conviver e satisfazer as reivindicações dos trabalhadores, a fim de se evitar as mesmices dos demais partidos. Ou não foi para isso que nós viemos?

ARY COSTA PINTO
São Paulo, SP

ECO 92

O Fórum Paralelo foi montado para pressionar as autoridades governamentais da Conferência Oficial, pois já se sabia do seu caráter demagógico e falso.

Apesar das diferenças ideológicas e políticas das entidades e organizações foram produzidos mais de 21 tratados com posições políticas progressistas, mas a duras penas. A infra-estrutura deixou a desejar. O Fórum foi montado principalmente para atender estrangeiros. Foi um sacrifício ficar sob aquelas tendas de plástico a 38, 40 graus. A inscrição ao preço de 50 dólares impossibilitou a participação de muita gente.

Participei de boas discussões, como por exemplo, plantas medicinais, biotecnologia e biodiversidade. Destaco aqui o belo trabalho que é feito no Nordeste, valorizando a cultura popular. Fizemos uma bela manifestação em repúdio ao Fórum oficial, percorremos o centro do

Rio de Janeiro e conseguimos reunir cerca de mil pessoas, com participação do movimento popular, sem-teto e CUT. Porém essas coisas não foram destacadas pela imprensa, que se restringiu a mostrar shows e a presença de políticos.

Foi um momento em que tivemos contato com movimentos populares do Brasil e exterior, muitas informações foram trocadas. Mas o importante é o que vamos fazer com tudo isso. É preciso que cada participante multiplique e valorize todo esse trabalho coletivo, atue em entidades não governamentais. Caso contrário tudo será em vão.

ANA VIRGÍNIA DA SILVA
São Paulo, SP

HIMENÓPTEROS

O Brasil da modernidade está profundamente atulado numa casa de marimbondos. Reina descaradamente a miséria, a corrupção, a fraude e a desgraça econômica.

A fotografia da casa de marimbondos é branca e preta e de péssima qualidade. Estampada em todos os cantos do país, traduz toda a inoperância e as mazelas sugeridas pelo seu operador, principal responsável pelo estado da casa de marimbondos.

Podemos considerá-lo um amador medíocre, porém um exímio profissional na arte dos escândalos, falcatruas e esquemas de trapaça, junto com seus amigos nesta imensa família de vespídeos, que atormentam milhares de brasileiros.

Qualquer tentativa de limpar estes himenópteros poderá ser desastrosa. Eles já existem há tempos, apenas consolidaram-se nestes dois últimos anos de governo, ferroando loucamente a população, que reflete a angústia e o desespero dos que se negam a participar deste triste banquete de atrozes insetos.

Temos que nos prevenir urgentemente. A tendência natural deste ninho de marimbondos é se acentuar cada vez mais, provocando mazelas irrecuperáveis para o ecossistema. Sinceramente, não sei se é melhor conviver com a casa de marimbondos até o final, garantindo o processo democrático até as próximas eleições presidenciais, ou cutucarmos a família de vespídeos e espalhar uma praga incontrolável de insetos por todo o país. Em Brasília os marimbondos possu-

em ferrões do tamanho de uma abelha-africana, com consequências gravíssimas para o bem estar da população.

Há uma profunda necessidade de resguardar a população para ela não ser picada por este inseto tão nocivo e agressivo. A saúde já é muito precária. Teremos muitos ferimentos com edemas graves. A estrutura hospitalar não comportará um contingente tão numeroso de pacientes picados.

Portanto precisamos desarticular os insetos com muita sutileza, de forma que a casa continue, mas os bichos aos poucos sejam incinerados, nem que se utilize a mais alta tecnologia, para a população não ter danos e saia ilesa desta grande catástrofe do século XX, o "Governo Collor".

VIRGÍLIO DE MENEZES NETO
Brasília, DF

DESAPARECIDOS

Dia 4 de setembro 2º aniversário da abertura da vala do cemitério de Perus, onde foram enterrados como indigentes vários militantes da esquerda mortos pelo regime militar, realiza-se no plenário da Câmara Municipal de São Paulo (1º andar), a partir das 19 horas, um ato público pela busca dos desaparecidos políticos do Brasil.

BRASIL AGORA

DIRETOR: JOÃO MACHADO. **EDITOR:** RUI FALCÃO. **REDAÇÃO:** Flávio Aguiar, Juarez Guimaraes, Móuzar Benedito, Valter Pomar. **SECRETÁRIA:** Adélia Chagas. **SUCURSAL RIO GRANDE DO SUL:** Luciane Fagundes, José Luiz Lima e Marco Antônio Schuster. **COPIDESQUE E REVISÃO:** Celso Cruz. **DIGITAÇÃO:** Elizabeth D. da Silva. **EDITORA ELETRÔNICA:** Caco Bisol, Silvana Panzoldi e Jota. **COLABORADORES:**

Alan Rodrigues, Alípio Freire, Aloísio Moraes, André Singer, Antônio Carlos Fôn, Antônio Carlos de Queiroz, Clovis Castro, Antônio Martins, Bernardo Kucinski, Breno Altman, Carlos E. Carvalho, Celso Horta, Célio, Cíntia Campos, Cláudio Schuster, Denise Neumann, Edmílson de Souza, Emir Sader, Eugênio Bucci, Fernanda Estima, Fernando Pava, Flamarion Maues, Flávia de Sampaio Leite, Flávio Loureiro, DaCosta, Geniário Urso, Heitor Silva, Ivan Sekas, Isaac Ackerud, João Antônio, José Américo Dias, José Rocha, Justino Pereira, Kipper, Linete Martins, Manoel Alvarez, Márcia Braga, Márcia Moreira, Marcio Bueno, Marcio Venciguera, Marco Aurélio Garcia, Marcos Soares, Maria Lúcia Branda, Mário Augusto Jakobskind, Maringoni, Marisa Meliani, Mariza Dias Costa, Midaia, Milton Fogo, Nelson Rios, Nilmário Miranda, Norma Sueli O. Reis, Nora Napoli, Ohi, Pato, Patrícia Cornils, Paulo Barbosa, Paulo Roberto Ferreira, Paulo Zilberman, Pedro Ortiz, Perseu Abramo, Raimundo Pereira, Rogério Sotilli, Ruth Bueno de Araújo, Sérgio Canova, Sérgio Sister, Walter Ono, Wladimir Pomar. **A OPINIÃO DOS ARTICULISTAS NÃO REFLETE NECESSARIAMENTE A LINHA EDITORIAL DO JORNAL.**

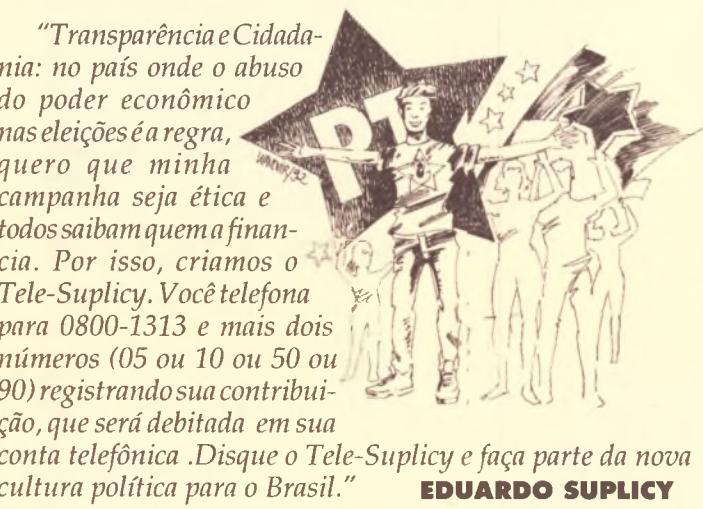
BRASIL AGORA É UMA PUBLICAÇÃO QUINZENAL DA EDITORA BRASIL AGORA LTDA. - ALAMEDA GLEITE, 1049 - CEP 01215 - SÃO PAULO (SP). FONES: 222-6318. FAX: (011) 222-2865. **GERENTE GERAL:** Hugo Scotte. **ADMINISTRAÇÃO:** M. Alice de P. Santos. **ASSISTENTES:**

Ivanilda Alves. **CIRCULAÇÃO:** José Luis Nadai, Maria Odette G. de Carvalho. **ASSINATURAS:**

Ana Maria Alves, Paulo M. Soldano, Guiba Genestra (DIGITAÇÃO) - FONES: 223.2974 e 220.7718. **EXPEDIÇÃO:** Paulo E. Soldano. **SERVICOS GERAIS:** Eusébia M. Ferreira, Fernando S. Siqueira, João A. Guevara, Luciene B. Silva, Marcelo L. C. Pontes. **IMPRESSÃO:** Diário de Mogi. **DISTRIBUIÇÃO:** Dinap S/A.

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 35.000 EXEMPLARES FORAM IMPRESSOS NO DIA 27 DE AGOSTO DE 1992.

JORNALISTA RESPONSÁVEL: Rui Falcão



IN DUBIO PRO POPOLO

Se integrantes do Poder Legislativo duvidam da manifesta preferência emergente da vontade política popular, consultem seu autor, o povo, titular natural, exclusivo e absoluto do Poder, imprescindível ao seu exercício positivo, sob pena de confirmação da ilegitimidade representativa que lhes atribui.

É indesejável que se despreze a circunstancial oportunidade de o Poder Legislativo ser redimido dos pecados de autoria de alguns de seus integrantes, reduzindo-se a probabilidade de sua auto-revalorização e auto-reabilitação pública, suscetíveis de favorecer a recuperação de sua importância histórica, enquanto instituição política estatal.

Que é inapelavelmente



DEPOSITE NA

CONTA 13.000-1

BANCO DO BRASIL

AGÊNCIA 0010/RS

CAMPANHA DE FINANÇAS DO RS

CONTRIBUA

PARA A VITÓRIA

DO PT

Viva o povo brasileiro

Esta parada o povo venceu: por 16 votos a 5, a CPI aprovou o relatório do senador Amir Lando (PMDB-RO), abrindo passo para o *impeachment* do presidente. O isolamento do governo, entretanto, pode ser medido por algo mais insólito: a adesão de Paulo Maluf à turma do Fora Collor (covertura completa da crise nas **páginas 5 a 9**).

Diretamente proporcional às chances do *impeachment*, cresce o número dos que são forçados a aderir à caravana popular. Recém-chegados como Brizola - até ontem defensor de Collor - agora tentam se colocar à esquerda da CPI. Integrantes mais antigos, como Quérnia e Fleury, mal escondem a intenção de fazer-nos esquecer a maneira como usam (e abusam) da máquina pública. E os tucanos, sinceros entusiastas da cruzada anticorrupção, chamam de "cadáver político" o governo que ontem quase integraram e onde ainda hoje - contra a posição pública da direção do PSDB - permanecem pousados alguns notáveis emplumados.

Mais surpreendente que as mobilizações populares ou que o amplo arco que apoia o *impeachment*, contudo, é o posicionamento dos ministros de

Collor, que decidiram permanecer no governo, "em nome do Brasil". Esse sacrifício em prol da "governabilidade" revela muito sobre o que a elite entende por ética: locupletaram-se graças aos corruptos, sustentaram o governo enquanto isto foi possível, e agora tentam salvar aquilo que há de mais pérvido na era Collor, que é a sua política econômica (ver a entrevista de Walter Barelli na **página 16**). Aqui está, afinal, o triplo desafio dos próximos períodos: tirar Collor; fazer com que o *impeachment* seja tão somente o *íncio* da limpeza pública que o país exige; e derrotar, além de Collor, a política econômica collorida, que Marcílio e os empresários tentam preservar.

Ainda nesta edição: os bancários lutam contra os cangaceiros do Planalto (**página 4**); a administração petista em São Paulo (**páginas 10 e 11**); Roy Medvedev comenta o julgamento contra os comunistas em Moscou (**página 12**); o drama dos brasilienses (**página 13**); Saramago volta a falar de literatura e de igreja (**páginas 14 e 15**).

O EDITOR

A FOTO DE CAPA DESTA EDIÇÃO É DE MONICA ZARATTINI/AE

OPINIÃO

Leis bandidas

O povo trabalhador, do campo particularmente, pagaria um preço muito alto se custasse demais a abrir os olhos para verificar que a chamada Lei de Patentes não afeta apenas a indústria, e nada tem a ver com os trabalhadores rurais. Essa ilusão e esse engano são as principais armas do pior governo que o Brasil já teve, o de Collor.

Fez muito bem o Movimento Sem Terra em levantar a questão e abrir o debate no arraial popular. Agora, aberto o caminho, temos a obrigação de debulhar o assunto. É uma nova frente de combate para a qual ainda não estamos devidamente preparados. Temos, todos, que lutar e estudar o novo desafio, tudo ao mesmo tempo. Porque a ofensiva do inimigo se dá num terreno até aqui proibido para o povo: os domínios da ciência aplicada, da alta tecnologia. Essa é uma dificuldade imensa para a luta do povo num país condenado ao atraso, como é o nosso caso.

O inimigo de classe nos bombardeia com palavras difíceis, que chegam ao interior do Brasil pela primeira vez e que milhões de brasileiros não sabem o que significam. Perguntai a um deputado ou prefeito se ele sabe o que é biotecnologia. E biodiversidade? E engenharia genética? É atrás dessa ignorância que Collor se esconde para vender o Brasil a granel para as multinacionais. As roubalheiras que a CPI descobriu são uma gota d'água perto do oceano de corrupção que é a lei de patentes.

LEIS DAS SOMBRAIS. O Projeto de Lei 824 é um calhamaço que muito pouca gente teve o estômago de ler e menos gente ainda teve interesse em divulgar. Está no Congresso desde abril do ano passado, mas só agora se ouve alguma cousa a respeito. Collor conspira em silêncio. Mas ainda há mais. Essa Lei de Patentes tem um adendo, a chamada Lei de Cultivares. É a parte agrícola, cuja finalidade é assegurar às multinacionais o monopólio da indústria de sementes. O Projeto de Lei de Cultivares está sendo elaborado na sombra, como tudo - na sombra do formidável escândalo da quadrilha de Collor.

As multinacionais estão atingindo seu objetivo de se valer do escândalo da Casa da Dinda para que sirva de cortina de fumaça para uma roubalheira infinitamente maior. Está muito bem desmascarar, denunciar e punir os ladrões. Mas dar uma trégua na denúncia anti-imperialista é imperdoável burrice política que está

sendo cometida por muita gente boa. É preciso dizer estas coisas com toda franqueza e clareza. Por mais que doa.

No mundo inteiro, a indústria semementeira está sendo invadida por um punhado de multinacionais. Estudando alguns materiais já disponíveis, dá para anotar a presença da Shell, DuPont, Bayer, Rhone-Poulenc (Rhodia), Hoechst, Basf, ICI, Ciba-Geigy, Monsanto, Pfizer, Sandoz, Upjohn. Já deu para perceber que o planteadamento de sementes tem efeitos desastrosos para os agricultores - mesmo os que têm terra bastante -, que ficam com os pés e mãos atados, à mercê desses bandoleiros internacionais.

DEPENDÊNCIA CRIADA. As sementes são condicionadas e resultam em plantas que dependem de herbicidas e adubos químicos produzidos pelos trustes. O pior é que essas sementes "engenheiradas" só servem para uma safra. O agricultor não pode guardar sementes para o próximo plantio. Tem que comprar de novo a cada plantio, pagando o preço imposto pelo monopólio, que decidirá o que plantar e escolherá quem vai plantar. Será o poder dum governo invisível no campo.

Da mesma forma, ficaria proibido cruzar e reproduzir gado, cavalos etc. que tenham um pingo de sangue protegido por uma patente. Seria o advento dum nova escravidão nos campos.

Temos que recusar e rever a própria ideia de patente-monopólio, pois as descobertas e invenções, neste fim de século XX, se apóiam no acúmulo de conhecimentos e experiências de toda a humanidade (inclusive dos índios, como sabe muito a Merck, o maior truste farmacêutico do mundo, que explora os índios brasileiros para fabricar remédios). A parte que cada inventor, descobridor ou pesquisador acrescenta, honra-lhe seja feita, é altamente valiosa e merece alta recompensa e estímulo de toda a sociedade. Mas é apenas um pingo a mais. Não existiria, nem poderia existir, sem as conquistas anteriores. Não devemos nada às multinacionais, a não ser um bom ponta-pé no lugar apropriado.

ISAAC AKCELROD
Rio de Janeiro

OPINIÃO

A saúde em pauta

A Conferência Nacional de Saúde, realizada em julho, em Brasília, teve três eixos políticos básicos. Convocada pelo Ministério da Saúde, conforme determinação legal, a sua organização e composição temática terminou tendo um importante grau de interferência de entidades da sociedade civil e das centenas de secretarias municipais de saúde que vieram no encontro uma oportunidade para reverter a atual política de saúde do governo federal.

E foi este, talvez, o traço mais marcante da Conferência: a expressão de que na área da saúde criou-se uma nova cultura sobre gestão e funcionamento das instituições públicas. De fato, ficou evidente que há no Brasil, hoje, não só um suporte legal para a gestão democratizada do Sistema Único de Saúde, mas principalmente há uma disposição política de evoluir-se para uma quadro de ampliação dos mecanismos de democracia direta. Delegados da CUT, do movimento popular e de trabalhadores de saúde tinham a maioria no Congresso e demonstraram uma estimulante capacidade de formular políticas e de negociá-las com as demais forças representadas na Conferência.

Infelizmente a grande imprensa não quis ou não soube revestir este fato da importância que ele tem para o futuro do Brasil. Talvez o campo da saúde seja onde mais se tem desenvolvido experiências no sentido da sociedade civil controlar e dirigir políticas sociais. Em um

período de dificuldades econômicas, em um contexto de ofensiva do neoliberalismo, conseguiu-se demonstrar que o poder Executivo não pode e não deve governar sozinho. Sem dúvida, há muito o que acumular, reavaliar e aperfeiçoar, mas é um modelo que pode servir de referencial para outros companheiros das áreas de educação, de estatais e da previdência.

PRIVATIZAÇÃO NÃO. O segundo eixo foi o que constatava a crise sanitária brasileira e dava conta de que não houve uma efetiva implantação do Sistema Único de Saúde, apesar de toda a determinação constitucional. Nesse aspecto, vinculou-se a tragédia sanitária às políticas recessivas e de recorte neoliberal, que há tantos anos vem sendo hegemônicas nas várias instâncias governamentais. Assim, foram tomadas resoluções contra a privatização da saúde e da previdência, contra as propostas de reforma fiscal, e tirou-se uma vigorosa defesa do texto constitucional no que se refere à saúde. Discutiu-se uma série de propostas objetivas e concretas visando à efetiva implantação do SUS e a transformação do atual modelo de atenção médica-sanitária.

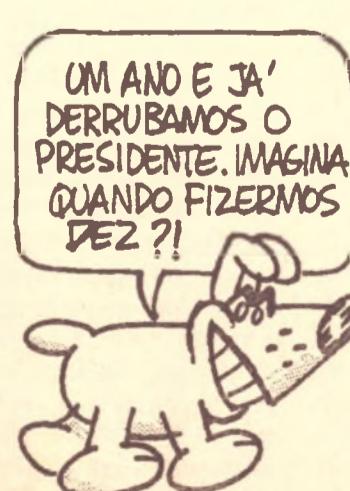
Por fim, votou-se pelo fim do governo Collor, tendo em vista todas as evidências de corrupção e de utilização privada da coisa pública que se acumularam contra ele.

Em relação ao ministro da Saúde Adib Jatene, não houve consenso. A maioria dos representantes de instituições públicas apostaram em sua permanência, visando a uma certa garantia de aplicação das diretrizes deliberadas. A maioria dos sindicalistas e usuários entendeu que não caberia à Conferência posicionar-se sobre um tema aparentemente de foro íntimo do ministro. Assim, este divisor de águas que poderia ter ateado fogo às discussões acabou como mais uma batalha de Pirro.

GASTÃO WAGNER DE SOUZA CAMPOS
ex-secretário municipal de Saúde de Campinas - SP

COQUETEL

Venha comemorar conosco, dia 11 de setembro, sexta-feira, a partir das 19 horas, na sede do jornal Brasil Agora.



SEM-TERRA

NUMA JUSTA ABSOLVIÇÃO

Forjando um júri nos moldes do Pleno do Tribunal de Justiça, juristas renomados realizaram ontem, no Plenário da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, o julgamento dos seis agricultores sem terra, condenados há dois meses pelo júri popular por terem contribuído de qualquer modo para a morte do soldado Valdeci.

Luis Eduardo Greenhalgh foi o relator do processo e fez a apresentação inicial para os demais jurados: Hélio Bicudo, deputado federal (PT-SP), Miguel Pressburger, do Instituto de Apoio Jurídico Popular; Luci Choinaski, deputada (PT-SC), Frei Arno Reckziegel, primaz dos franciscanos; Pastor Uberto Kirschheim, do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs.

"Uma decisão paradoxal", disse Greenhalgh, ao final de seu relatório, lembrando que os colonos foram condenados por co-autoria de um crime que não tinha autor. Ele também apontou várias irregularidades no processo, lembrando que os advogados dos agricultores recorreram ao Pleno pedindo a anulação do quesito que os condenou por participarem "de qualquer modo do crime". Vários requerimentos pedindo provas para serem anexadas ao processo foram negados, inclusive o Inquérito Policial Militar realizado na Brigada Militar.

Depois da manifestação dos primeiros quatro "juízes", que absolveram os colonos e condenaram o latifúndio, houve a manifestação de Hélio Bicudo. Ele afirmou que a justiça que se espera é a mínima, a que consta na Declaração Universal dos Direitos Humanos: "toda sônia igual é perante a lei". Como os demais, destacou que o que esteve em julgamento durante todo o processo foi a questão da terra. "A atual Constituição é pior que o Estatuto da Terra do período da ditadura militar, e o poder judiciário fecha os olhos para a reforma agrária."

MARIA LUIZA S. SOARES,
de Porto Alegre



BANCÁRIOS X COLLOR

Onde mora a corrupção

Ricardo Berzoini, presidente da Confederação Nacional da categoria, fala a Brasil Agora sobre os trambiqueiros no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal.



ESTORAS MARTINS

No banquete dos bancários, em São Paulo, a cabeça de Collor, Embaixo, Ricardo Berzoini



ARQUIVO SINDICATO

Quais têm sido as principais iniciativas da Confederação Nacional dos Bancários diante da postura adotada pelas direções do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal?

Temos trabalhado muito com o conceito de moralidade na administração dos bancos públicos. A partir da posse de Lafaiete Coutinho na Caixa Econômica Federal e, na época, Alberto Policarpo no Banco do Brasil, em março de 1990, passamos a ter uma série de informações a partir de funcionários ou clientes do banco denunciando empréstimos irregulares, tráfico de influência (inclusive em nível regional, como por exemplo no Paraná com o grupo do Martinez, da rede OM). Com a queda da Zélia, o Policarpo saiu e o Lafaiete assumiu o Banco do Brasil, levando o seu braço direito, Álvaro Mendonça, para a Caixa. Até então havia dois esquemas de tráfico de influência distintos. Eram dois grupos que tinham vínculos com PC Farias, mas que tinham rivalidade entre si. O grupo de Policarpo tinha mais relações com Leopoldo Collor. A partir da recente reforma ministerial, o Angelo Calmon de Sá foi para a Secretaria de Desenvolvimento Regional. Calmon de Sá, do Banco Econômico, era justamente o antigo chefe de Lafaiete Coutinho. A partir deste momento, aumentaram as denúncias, mas infelizmente sem documentação. Como há um clima de terror muito grande no Banco do Brasil e na Caixa, uma pressão do desemprego, conseguimos ter acesso a poucos documentos, tendo em vista a extensão das de-

núncias. O Sindicato dos Bancários de São Paulo contratou um advogado especializado para fazer um levantamento e propor ações criminais contra Lafaiete Coutinho e Álvaro Mendonça. Com as denúncias públicas que divulgamos, o presidente do Banco Central, Francisco Góes, entrou com um processo denunciando a Confederação dos Bancários por estimular a quebra do sigilo bancário mas, ao que tudo indica, a Procuradoria da República não tomou até agora iniciativa de processar.

Quais foram as principais iniciativas de mobilização tomadas até agora para se contrapor a esta situação absurda?

É uma situação contraditória. Porque ao mesmo tempo em que se vive um clima de indignação muito grande, o clima de terror vigente nos bancos dificulta a mobilização. Desde setembro do ano passado, por exemplo, Lafaiete Coutinho proíbe que os dirigentes sindicais da CUT sejam liberados com pagamentos de salários. Enquanto isso os dirigentes pleitos têm todas as facilidades. Há vários sindicatos que não têm condições de bancar o salário de seus dirigentes. Assim, os bancários do BB e da Caixa têm se manifestado muito mais em atividades com o resto da população do que em mobilizações específicas. No domingo do luto, a presença dos bancários nas manifestações era muito grande.

Há uma coincidência no tempo entre a campanha nacional dos bancários e o momento mais agudo desta crise do governo Collor. Isto

não daria uma legitimidade para ações mais ousadas?

Este ano está ocorrendo um fato novo na campanha: a Caixa e o Banco do Brasil decidiram que não negociam com os sindicatos. Escolleram a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (Contec), que representa menos de 15% dos bancários em nível nacional, para negociar. O que estamos alertando é que não tem cabimento fazer um acordo com o senhor Lafaiete Coutinho no momento em que ele está sob suspeita. Ele se deslegitimou como o chefe do "Esquadrão da Morte". E está tentando fechar um acordo a toque de caixa com a Contec para evitar a mobilização dos bancários. Mas o movimento dos bancários do BB sempre foi muito explosivo, produz até greves prolongadas no prazo de uma semana de "esquentamento".

Em termos de plano de mobilizações, como as negociações estão indefinidas, estamos trabalhando com a perspectiva de engajar os bancários do BB e da Caixa na mobilização geral da categoria.

Que propostas a Confederação apresenta para aumentar o controle da sociedade sobre o sistema finan-

ceiro?

Esta CPI tem vários méritos no sentido de abrir polêmicas importantes na sociedade, entre elas a do sigilo bancário. Percebemos agora como funciona o esquema do sigilo. Ele protege operações irregulares e clandestinas dentro do sistema financeiro, dando inclusive flexibilidade para pessoas que nem existem, os "fantasmas", testas-de-ferros jurídicos ou contábeis de pessoas de carne e osso que estão metendo a mão no dinheiro público.

Elaboramos várias propostas para regulamentar o artigo 192 da Constituição, que trata do sistema financeiro. Há um projeto de César Maia que é basicamente articulado com a Fenabanc e com a direção do Banco Central de hoje. Este projeto prevê um Banco Central independente - uma tese neoliberal que consideramos completamente equivocada - e não prevê nenhum tipo de regulamentação sobre o papel dos bancos públicos. O eixo da nossa tese é que o Banco Central não pode ser independente, é um instrumento do governo, mas tem de estar fortemente controlado pelo Congresso Nacional, de forma permanente; com técnicos nomeados, para acompanhar o que é feito de política monetária, de política creditícia. Propomos também que os bancos públicos sejam fortemente acompanhados pelo Congresso Nacional, para que não ocorra o que ocorreu no governo Collor. A falta de controle do Banco Central sobre os bancos, em especial sobre os bancos pequenos, que são os mais utilizados na "lavagem" de dinheiro de corrupção ou até mesmo de narcotráfico, permite todo tipo de operação que não passa nem pelo crivo do fisco nem pelo crivo do Estado.

Este projeto prevê a participação dos bancários neste controle?

Propomos que em todo banco público exista um diretor eleito diretamente pelos funcionários com a única função de fiscalizar a administração do banco e, ao mesmo tempo, um Conselho de Representantes, que seria a base deste diretor, ramificado por todas as seções e tendo condições de identificar eventuais irregularidades. No caso dos bancos estaduais, o relacionamento seria com as assembleias legislativas.

A carta na manga

As jogadas de Collor para se manter no poder rolam água abaixo, e os aliados debandam

O povo está nas ruas e delas, parece, não sairá até ver Collor fora. A oposição é reforçada pelas dissidências (ex)governistas. O empresariado já se acostumou à idéia de que a melhor forma de manter a política econômica (e salvaguardar os corruptores) é a renúncia do presidente, poupano-os dos escândalos e das revelações que certamente virão à luz ao longo do demorado e tortuoso processo de *impeachment*.

A Globo já debandou. Os militares emitem sinais de que não têm nada contra Itamar, muito antes pelo contrário. O PFL deixou há tempos de ser confiável. Brizola pulou a cerca. ACM mantém um suspeito silêncio. E --pá de cal -- os ministros de Collor deliberaram seus rumos à revelia do chefe de governo.

Subverte-se assim o famoso dístico: nem os de baixo, e muito menos os de cima, aguentam mais. A questão, tudo indica, deixou de ser --"ele sai?" -- e passou a ser "quando e como ele sai?" De qualquer maneira, resta uma incógnita: o que fará Collor?

A renúncia —espontânea ou forçada—, ainda que não se enquadre muito no perfil psicológico do tipo, é uma saída possível. Se vier, entretanto, será provavelmente acompanhada de algum tipo de negociação, pela qual Collor seria indulgado ou receberia promessas de um julgamento (comum) arranjado.

FRENTES POSSÍVEIS. A resistência —silenciosa ou não— é outra alternativa. No primeiro caso, o presidente jogaria em três frentes. No terreno jurídico, levantaria obstáculos. No plano político-fisiológico, arregimentaria uma coorte franciscana

que lhe garantisse o terço salvador. E na linha da paciência, esperaria passarem as eleições —depois das quais se reduziria em boa medida o ímpeto punitivo de uma parte das oposições e dos (ex)governistas. Nesse caso, é claro, o ministério autogestionário estaria contribuindo para o sucesso da artimanha.

Mais difícil —mas perfeitamente factível, em se tratando de alguém que chamou o povo às ruas, desconsiderando sua situação de visível in-

terioridade—, é uma resistência belicosa, um combate político em todas as frentes. Mas nesse caso faltaria a munição: bons argumentos que possibilitassem aos cúmplices defender sua permanência.

Outras alternativas, algumas mais chocantes e com antecedentes históricos, estão disponíveis para o nosso farsante planaltino (ver coluna ao lado). Em todo caso, a nação iniciou a contagem regressiva, e torce para que —no pronunciamento em cadeia nacional prometido para os próximos dias—, Collor revele a famosa carta que ele diz esconder na manga: quem sabe não seja a tão ansiada renúncia (veja nas páginas a seguir a cobertura da crise).

VALTER POMAR

DITO PELO DITO

OPÇÕES PARA COLLOR

Saídas para a crise atual? Tem muitas! Vejam alguns exemplos:

SAÍDA À JÂNIO: Collor toma um porre, manda um bilhete ao Congresso pedindo renúncia e se manda para o exterior, provavelmente uma ilha do Oceano Índico, para gastar uns milhõezinhos de dólares na santa paz. Daqui a 25 anos, pode voltar à política como prefeito de Maceió (ou Canapi).

SAÍDA À FRANCESA 1: Um dia, sem ninguém saber como, a gente vê que ele saiu de fininho, ninguém sabe onde está. Desapareceu sem pagar a conta. Talvez tenha se escondido em Canapi, talvez na França mesmo, pertinho dos bancos suíços...

SAÍDA À FRANCESA 2: Nesta, quem toma a iniciativa é o povo. Cantando hinos, invade a Casa da Dinda, leva para a Esplanada dos Ministérios toda a *famiglia* (em que se inclui PC Farias, Cláudio Vieira, Paulo Octávio, Lafaiete — ah, esse nome francês...) e guilhotina um por um, a começar pela Maria Antonieta de Canapi. Toda a festa teria acompanhamento musical, com uma banda tocando *As águas vão rolar* e o povo cantando, substituindo a palavra águas por cabeças.

SAÍDA ANTI-PEDRO I: Ele diria simplesmente: "Se é para o bem de todos e felicidade geral da nação, diga ao povo que eu já tô indo embora".

SAÍDA À FAUSTO: Um pacto com o diabo... se é que ainda não fez.

SAÍDA À LAMPIÃO: Junta sua turma, passa a chamar Rosane de Maria Bonita e vai para o sertão nordestino formar um grupo de cangaço.

SAÍDA À SCARFACE: É só cheirar bastante pó, pegar a metralhadora e sair muito doido dando tiro por aí...

SAÍDA À OVERDOSE: Catapimba! Vai desta para uma melhor; sem suicídio e sem assassinatos.

SAÍDA À CORÔNE NORDESTINO: Ele contrata um bando de pistoleiros e manda matar todos os seus opositores. Se conseguir, governará um país bem menos problemático, com apenas alguns milhares de habitantes.

MOUZAR BENEDITO

O QUE FALTA APURAR

1. QUEM SÃO OS CORRUPTORES

Esta é uma das questões centrais de uma investigação a sério para limpar a casa pública no Brasil. Sabe-se que a corrupção começa e termina na área privada. Portanto, é preciso investigar todos que se beneficiaram da "quadrilhização" do governo. A dupla PC/Collar atuava em grande estilo; se prosseguisse, consolidaria até o final do governo um pequeno, senão grande, império empresarial. Nesta operação, eles foram apoiados no passado e no presente recente por financiadores, que se beneficiaram através de favores ou perdões oficiais. Quem são, onde estão, o que tiveram de benefício, como fazê-los pagar por isso?

2. O CASO OM

PC Farias fez vultosos depósitos na conta dos Martinez, proprietários da rede OM, viabilizando a aquisição da TV Corcovado do Rio de Janeiro, retransmissora da SBT, de Silvio Santos. Tudo aponta para que PC Farias, ou Collor através dele, seja o proprietário real da rede OM, sem o sê-lo no plano legal. A conexão OM aponta para o fato de o esquema Collor querer se eternizar como produto político de marketing nacional, através da imagem do presidente, além de outras vantagens políticas e financeiras obtidas através da utilização do canal televisivo.

3. O CASO VASP

As ligações entre o esquema Collor de Mello e Wagner Canhudo, através de favorecimentos que podem ter envolvido até a compra da companhia, ainda precisam ser detalhadas. Correu até a versão de que Fernando Collor seria também o verdadeiro proprietário da Vasp, e há suspeitas inclusive de envolvimentos de vôos da empresa com o narcotráfico. Politicamente, o caso é uma batata quentíssima, pois irá inapelavelmente bater em Orestes Queréia e seu processo de privatização da companhia.

4. LIGAÇÕES COM O NARCOTRÁFICO

A operação Uruguai, se verdadeira, levanta a suspeita de obtenção de dólares por meio da lavagem de dinheiro oriundo do narcotráfico. Se falsa, aumentam as dúvidas sobre a origem imediata das fabulosas somas manipuladas por Fernando Collor de Mello através de PC Farias, e sobre o envolvimento de empresas, viagens e colaboradores de PC Farias no exterior, com atividades do narcotráfico. Uma coisa é certa: as operações financeiras da campanha e do esquema Collor movimentavam muito dinheiro fora de fiscalização. E na América do Sul só existe uma atividade onde circula tanto dinheiro fácil e "livre"...



O FANTASMA. Juro que ouvi no meio da manifestação que reuniu 500 mil pessoas pelo impeachment do presidente no Anhangabaú, São Paulo, dia 25 de agosto: "mas mãe, o Collor não vem?". O autor da pergunta era um menininho de uns três anos, e a decepção estampada em sua face, de certo modo, também traduzia um sentimento geral, tão forte quanto a indignação que emanava do palanque. Um fantasma desabava nas cabeças de muita gente que ali estava, alguns ostentando dizeres em faixas e braçadeiras: "Fui traído". De todos os fantasmas, o maior era este; aquele em que os tantos milhões acreditaram.

O MORTO VIVO. Collor virou uma abantesma. Ouçamos mestre Aurélio, enquanto Antonio não vem: "Abantesma: suposto reaparecimento de defunto ou de alma penada, em geral sob forma indefinida e evanescente, quer no seu antigo aspecto, quer usando atributos próprios, como sudário e cadeias; alma do outro mundo, aparição, armada, assombração, assombramento, assombro, avejão, espetro, marmota, papa-gente, pirilampagem, simulacro, sombra, visagem, visão, visonha". Ou então, ainda seguindo Aurélio, Collor é um *Fantasma* (5): "Imagem multiplicada que em aparelhos de televisão às vezes se observa, em consequência de más condições de recepção". A tudo isto acrescento: Collor é um *vampiro*. E já com a estaca enfiada.

DOZE HOMENS E UMA SENTENÇA. No coro de vestais que toma conta do país, os últimos a chegar (até o momento) foram os doze ministros, que se reuniram para dizer que haja o que houver vão continuar a governar o país até o final da crise. É uma maneira pouco sutil de tentarem uma "auto limpeza" por se terem imiscuído na "pocilga" do Planalto, apresentando o patriotismo como desculpa, ao mesmo tempo em que passam um atestado de óbito ao presidente. Eu, se fosse Collor (Argh!) nesta hora, prestava um primeiro serviço à nação - despedindo esses "amigos" antes desair. Ou de entrar (na cadeia).

FLAVIO AGUIAR

ITAMAR?
IH! SETA!

AVENIDA PAULISTA, 25 DE AGOSTO

Aprendizes de passeata

Manipulação e conformismo deram lugar à revolta e à participação. Talvez à utopia.

Caminhões de som, polícia protegendo, camelô vendendo cerveja em lata, uma turma enorme do Mackenzie chegando para protestar junto, musiquinhas animadas, oradores e animadores um tanto inexperientes, sem saber direito o que fazer em cima dos caminhões, e a moçada de rosto pintado, alegre, sem nenhum medo, também sem saber direito o que fazer. Entre as muitas bandeiras de "fora Collor", algumas com um trevo e o dístico "PDS Jovem". Eisaíá passeata da UNE ressuscitada por Collor.

Pelo menos esse mérito ele tem: de tão ruim, tão corrupto, tão deseducativo, tão ganancioso, tão imoral, tão indigno, fez levantar forças que há muito adormeciam, parecendo às vezes mortas. A UNE é uma delas. Sua ação vinha há muito se limitando a uns protestos contra altas mensalidades nas escolas. Já parecia fato consumado que mais uma geração de estudantes estava condenada à inexistência como "categoria", que, em outros tempos, foi sempre a vanguarda das lutas sociais e políticas. Tá certo, a Globo ajudou. Com um gol contra: fez nascer com sua novela - ainda que não muito fiel à realidade (escondeu, por exemplo, seu próprio papel durante o regime militar) - uma vontade de viver e se comportar como naqueles rotulados "anos rebeldes".

SAUDADE. E assim, a juventude está de novo nas ruas. Foi emocionante ver cada nova passeata que chegava ao Masp, na avenida Paulista, para engrossar a manifestação do dia 25. Passeando entre os jovens, tinha gente de outros tempos, encarando com simpatia aqueles aprendizes de passeata. Alguns grupos de estudantes secundaristas chegavam acompanhados dos professores com cara de orgulho, parecendo lembrar desses outros tempos, quando a polícia não protegia, batia; quando Maluf mandava bater e não distribuir suas

Os nossos
"carapintadas"
são melhores que
os outros

1968: PARECE QUE FOI ONTEM

Manifestações da Faculdade de Filosofia da USP, na Rua Maria Antônia, em 1968. Um menino e uma menina de rua (eram poucos, mas já existiam) ouvem os discursos dos líderes estudantis e aplaudem junto com os estudantes. A menina faz cara de insatisfeita e senta-se na calçada:

- Eu não entendo nada que eles falam...

O menino fala calmamente:

- Maria, levanta e bate palma. Eles também não gostam de polícia.

Um estudante de Direito do Mackenzie ia sempre às manifestações estudantis, mas não para apoiá-las. Toda vez que tinha oportunidade subia nos palanques improvisados e repetia:

- Colegas, vocês estão sendo manipulados pelos comunistas...

Um dia, na Praça Ramos de Azevedo, em frente ao Teatro Municipal, depois de sua primeira frase costumeira, quis transmitir um pouco de otimismo e nacionalismo aos colegas:

- Olha, gente! O Brasil é um país tão grande que vai de norte a sul e de leste a oeste...

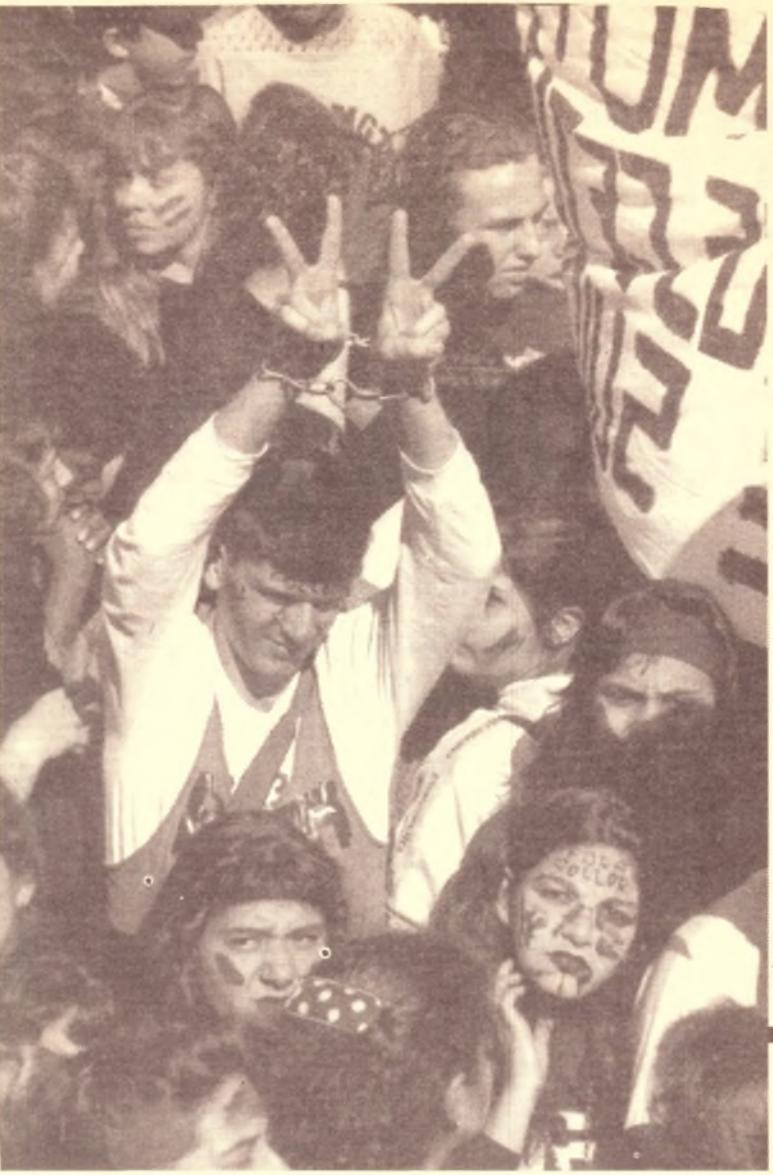
Vai geral.

Quando havia muita repressão, as assembleias estudantis não decidiam os trajetos das possíveis passeatas. Só aprovavam ou não, porque havia sempre polícia infiltrada. Os estudantes se organizavam em pequenos grupos, as lideranças decidiam o trajeto em reunião secreta e transmitiam ao representante de cada grupo só um pouco antes da passeata começar. Nem sempre dava certo, mas tentava-se driblar a polícia. O representante transmitia a informação para seu grupo em cima da hora.

Uma vez, combinamos um jeito de saber onde

bandeirinhas; quando era impensável ter um carro de som (seria destruído em poucos minutos pela polícia) e não havia camelôs aproveitando da manifestação para vender umas cervejinhas. E a turma do Mackenzie - embora houvesse gente de esquerda lá também - raramente vinha para engrossar a manifestação, mas sim para ajudar a polícia, às vezes. Rosto pintado? Nem pensar: facilitaria para a polícia a identificação, depois do fim da manifestação, de quem participou dela. Aliás, era a polícia que jogava tinta nos manifestantes em algumas passeatas, justamente para isso.

Aprendizes de passeata! Esta é a expressão que me



MATUTI MAYER / F1

a passeata começaria, deixando um representante da União Estadual de Estudantes no primeiro ponto de ônibus da Consolação, rumo ao bairro, que deveria chegar lá às 17 horas e passar a informação só aos representantes de grupos que dissessem a senha: "Quero ir pra Vila Madalena. Onde eu pego o ônibus?"

Para os representantes dos grupos identificarem esse sujeito, recebemos a informação: era um japonês com um blusão de nylon da Geologia e uma revista Realidade debaixo do braço. Quando chegamos lá, um por um, havia um japonês, mas com um blusão dobrado que não dava para ver de onde era e estava lendo uma revista qualquer, não a Realidade. Mas era ele. A gente acabava desconfiando, dando a senha e ele informando:

- É na Praça da República, em frente ao Colégio Caetano de Campos.

Disse isso várias vezes. Até que uma velhinha que se aproximou deu-lhe uma guarda-chuva na cabeça:

- Sem-vergonha! Ensinando o ônibus errado pro moço...

Reunião no Crusp, Cidade Universitária, para tirar delegados da USP ao famoso Congresso da UNE de Ibiúna. Debate acalorado, de repente chega a notícia de que um aviãozinho monomotor caiu ali perto, em cima de uma casa (Depois soubemos que ele entrou de bico no quarto da empregada. Além do piloto, só morreu a empregada; os patrões só escutaram o barulho - até em desastre pobre é mais azarado...) Uma estudante não teve dúvida. Foi pra frente e declarou:

- Eles erraram o alvo. Queriam, com esse desastre planejado, era cair em cima de nós para acabar com esta reunião.

(M.B.)

vem à mente, não como uma ofensa, mas como um elogio: é uma mostra de que a apatia, o conformismo, a lei de Gerson, não dominaram totalmente. Por baixo dessa cinza, como diria Adoniran Barbosa, tem muita brasa. Quem sabe essa rapaziada ainda inexperiente mas disposta a participar não está num processo de gestação de novas utopias?

RENASCIMENTO. O socialismo morreu. Os Estados Unidos têm a sociedade perfeita que serve de modelo para o mundo. O capitalismo é o final da história. O individualismo é inevitável: o negócio é "subir na vida", escalar uma profissão que dê muito dinheiro e não se pre-

MOUZAR BENEDITO

Há uma diferença significativa até o momento entre as manifestações de hoje em dia, no movimento contra Collor, e as manifestações pelas diretas-já em 1984. Naquelas houve uma dissolução do perfil social dos participantes, nas grandes massas que acorriam ao chamado contra a ditadura. Nestas de hoje, apesar do caráter maciço que vai se ampliando, os perfis políticos dos agentes sociais são reafirmados, senão reconstruídos, como foi o caso do movimento estudantil. Entre a manifestação do dia 11 de agosto e a manifestação do dia 25, que foi a maior do movimento estudantil já registrada na história do país, com mais de 200 mil pessoas desfilando na Avenida Paulista, a imagem dos estudantes combativos deixou as telas dos "Anos Rebeldes", da memória coletiva, e ganhou corpo. As organizações estudantis puseram em segundo plano as reivindicações específicas e voltaram a agitar as bandeiras das grandes causas nacionais. Os estudantes, portanto, recuperaram a capacidade de se agitarem em nome de bandeiras coletivas maiores do que as suas específicas, coisa que sempre caracterizou o seu movimento nas épocas do Estado Novo, do Petróleo é Nossa, da Legalidade, da resistência à Ditadura.

O BLOCO DOS TRABALHADORES. Os metalúrgicos do ABCD entraram em cena em grande estilo, no dia 26 de agosto. Foi a maior concentração humana no Paço Municipal de São Bernardo, com paralisações alastrando-se pelas fábricas a partir das 14 horas. Correntes e correntes de passeatas, organizadas dos portões das fábricas, afluíram para o Paço, também com suas alegorias e ditos engravados, e ao som do refrão "A luta continua", evocando que o que agora acontece foi construído ao longo de muitos anos de combate e sacrifício. A manifestação se estendeu até 8 da noite.

DE LAVAR A ALMA. Já no dia 25 fora possível observar a presença do mundo do trabalho de modo nítido na grande manifestação no Vale do Anhangabaú, em São Paulo, onde mais de 500 mil pessoas se reuniram para agitarem "Fora Collor", e onde Lula confessou, interpretando um sentimento geral daquela praça, que estava "com a alma lavada". Até as 18 horas o Vale, embora tomado, apresentava muitos claros e vazios. A partir daí a multidão começou a adensar-se, com a saída dos escritórios: as pessoas vinham em festa umas, em silêncio outras, algumas, muitas, com ar de estarem descontando a traição feita a seu voto. O clima era o de encontro de duas correntes: os estudantes e comitivas de sindicatos, com a "multidão solitária" da grande cidade que, de virver



Passeata de metalúrgicos, no ABC: os agentes sociais não diluem seus perfis

MOBILIZAÇÃO

TOMARA QUE CAIA

Há muito no ar e nas ruas, além dos aviões de carreira e carros de combate. Vejam só: no começo das manifestações de rua contra o governo Collor, os militares ensaiaram manobras, exibição de blindados, fardas e parafernálias; depois sumiram. A maré humana que tomou conta de ruas e praças levou consigo um indiscutível ar carnavalesco que, desta vez, longe de manifestar preocupação e desorganização, abriu o espaço para uma crítica bem humorada e muito aguda dos governantes: Fernando Collor e seu testa de ferro PC Farias desfilaram como bonecos presidiários pelas manifestações; carros alegóricos, a banda de Olodum em Salvador, Alegria Alegria de Caetano Veloso, versos improvisados sobre as roupas íntimas da primeira dama, que custaram 9 mil dólares num único dia, se integraram harmonicamente com as palavras de ordem políticas do movimento, como o "Fora Collor", "Impeachment Já", "Pela Ética na Política" e outras. Há um ar de festa, de "Carnaval da Cidadania" que passou a imperar no país desde a manifestação dos estudantes em São Paulo no dia 11 de agosto pedindo a expulsão do presidente corrupto e sua gangue. Uma forma de poder está sendo simbolicamente decapitada nestas manifestações. É bom lembrar que, se em momentos foi armada, a Revolução Francesa também teve muito de festa popular. Esta toma das ruas pelo coro popular não deixa de ser vista com desconfiança por muitas lideranças de gabinete: quanto mais tempo dure a agonia de Collor, mais lama irá para o ventilador, mais gente terá de explicar negócios escusos que são do dia a dia da política brasileira, mais impressa ficará na população a realidade de que é ela que está dando o tiro de misericórdia num governo que caiu de podres. Pela primeira vez na história da América Latina um movimento inteiramente civil até o momento está derrubando um presidente conservador e corrupto até os ossos. Onde iremos parar? Esperemos que este festival cidadão nos leve a alterações substantivas em nossas políticas e realidades econômicas, sociais e culturais. Collor reuniu em si a arrogância da ditadura, o sentimento de impunidade desde então, e a falta de ética e de respeito à coletividade inerente à política neoliberal. Este tripé é que agora balança: tomara que caia.



Passeata de estudantes, em São Paulo: na luta, a UNE renasceu

o que acontecia, acabou se integrando na festa popular, trocando o sentimento de solidão consentida pelo de participação numa bandeira que recupera e faz avançar a das diretas: não basta eleger o mandatário; tem-se também o direito de fiscalizá-lo, e de depô-lo.

O RETARDATÁRIO. No sul do

Brasil vale um ditado popular: "mais atrasado do que risada de surdo". É assim que vai se definindo a entrada de Brizola no cordão, a partir do ato público por ele marcado e patrocinado na Cinelândia, no Rio, no dia 24 de agosto. Sem dúvida foi um ato forte e marcante, e a presença de Brizola nas forças do impeachment é importante. Mas ele vai entrando no estilo de

quem mal entra no ônibus já quer sentar na janelinha. Quer se posicionar mais pra lá da CPI, dizendo que precisa investigar todo mundo. Tentando preservar seu próprio espaço, acusou o PT de ser uma "UDN de tamancos", o que não deixa de ser também um pouco carnavalesco, além de dizer que "Itamar poderá ser um novo Sarney, tutelado

pelo PMDB, pelo Centrão e ACM". Mas é verdade também que a manifestação brizolista foi além das intenções do velho cacique, avançando nitidamente contra o Presidente que o líder do PDT tanto susteve, reforçando a posição de muitos membros da

bancada pedetista que já tinham aderido antes ao movimento do impeachment. A multidão também não deixou de atender aos apelos do palanque: "PC, PC, vai pra cadeia e leva o Collor/Quêrcia com você". E no Rio, as manifestações prosseguem, ora dentro, ora fora do esquema de Brizola.

A TURMA DO GABINETE. Nem Quêrcia nem Fleury se expuseram muito nas manifestações até agora, embora estesjam pedindo de público o impeachment do presidente. Dia 25, em São Paulo, quem foi pelo PMDB foi o líder do governo na Assembléia, Arnaldo Jardim. Até o momento o PMDB parece querer concentrar todas suas fichas na negociação de gabinete; pode tornar-se de fato o herdeiro dos escombros colloridos, se o PFL não se apoderar de todos, ou, nesta altura, os PFL, pois este apostila, aparentemente, em estar com os pés em todas as canoas (a menos que rache, o que é improvável). Na manifestação do dia 25, em São Paulo, foi marcante também a observação do presidente da Assembléia Legislativa: cumprimentou a todos pela "reunião", e pela oportunidade daquela "solemnidade". O Anhangabaú inteiro riu. As bandeiras.

Os partidos e forças à esquerda são fortes no palanque e/ou nas bandeiras que se agitam, como parte da festa que foi tomada contra das ruas, junto com organizações da sociedade civil que estavam quase em recesso desde a campanha pelas diretas. Desfilaram no palanque, além dos partidos, a OAB, o PNBE, a Comissão de Justiça e Paz, entre outras. Neste agitar-se conjunta, preservando-se os perfis,

o país parece mais maduro, e parece não merecer a medellinização que Collor e sua quadrilha aprontaram como destino de um povo e de um país muito peculiar no (des)conerto das humanidades.

FLÁVIO AGUIAR
COLABOROU JUAREZ GUIMARÃES

O CONTO DA

A direita abandona Collor e vê em Itamar a chance de impor

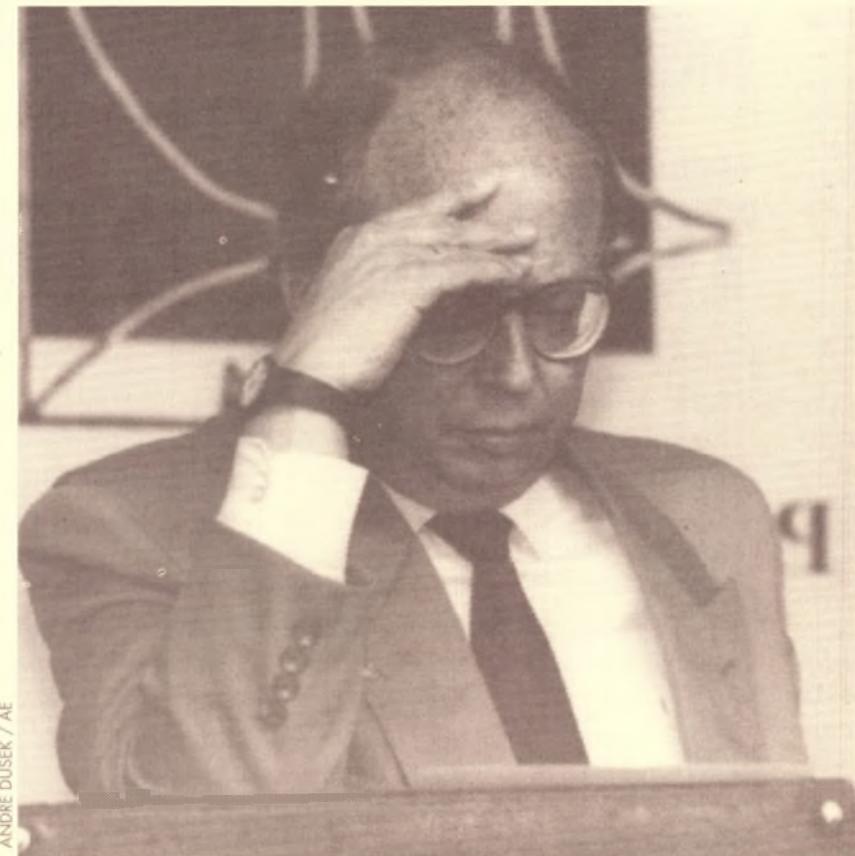
Uma autêntico turbilhão de fatos, que agitou Brasília poucas horas antes das gigantescas manifestações anti-Collar do último dia 25, eliminou os motivos que restavam para dúvidas. As elites brasileiras, que asseguraram a vitória de Collor na disputa presidencial de 1989 e deram-lhe sustentação durante trinta e um meses de governo, completaram um movimento ensaiado duas semanas antes, e decidiram abandonar o navio à deriva em que o presidente da República ainda resiste.

O objetivo, aparentemente paradoxal, é salvar o *programa* de reformas liberais que levou Collor ao Palácio do Planalto. Os conservadores julgam que o chefe do governo desgastou-se a tal ponto que deixou de reunir condições para liderar a execução desse próprio programa de governo. Temem que o prosseguimento dos comícios leve os trabalhadores que deles participam a questionar não apenas a *conduta moral* de Collor, mas igualmente o *projeto político* que agrava incessantemente as condições de vida da maioria. E crêem que a posse de Itamar Franco, apoiada hoje por todos os partidos de esquerda, levará as forças progressistas a com-

partilharem a responsabilidade pelos atos do novo presidente.

AVISO PRÉVIO. O lance mais ousado do esforço conservador para assumir controle do movimento pelo *impeachment* foi a reunião ministerial que terminou na noite do dia 25, quando começavam em várias capitais os atos massivos da campanha anti-Collar. Ao contrário do que poderia parecer numa análise mais apressada, ela selou o *descomprometimento* dos ministros com a sustentação do presidente que os indicou. O titular da pasta da Justiça, Célio Borja, afirmou explicitamente, em entrevista que concedeu logo após a reunião, que ela não deveria ser vista como um ato de solidariedade a Collor. O próprio texto emitido após a reunião diz, de forma clara, que a permanência no governo dos que o assinam visa permitir o encerramento da "questão política que ora vivemos", cujo desfecho, mais que previsível ao consumar-se o encontro, é o afastamento do presidente.

Horas antes da reunião ministerial, o governador de São Paulo, Luiz Antonio Fleury Filho, concedeu entrevista em que defendeu a permanência do ministro, a aprovação rápida do *impeachment* e a manutenção por Itamar Franco do programa de governo executado até aqui por Collor. Conhecido pela cautela que procura manter em seus posicionamentos, Fleury não hesitou, dessa vez, em declarar-se "seguro" da saída do presidente. Ponderou, no entanto, que em sua opinião



Marcílio que assegurava o apoio dos grandes empresários no Planalto, articulou em duas semanas o aviso prévio dos ministros...

nião os ministros que "têm credibilidade, têm de ficar, para o bem do país". E explicou que segundo seu entendimento "Collor trouxe modernização, apesar de tudo", cabendo ao vice que se prepara para assumir "manter essa conquista".

DEDO DE FLEURY. A identidade de opiniões e atitudes entre os ministros de Collor e governador peemedebista de São Paulo não deve ser atribuída a uma coincidência. Ela é o resultado de uma articulação que se desenvolveu rapidamente a partir de meados de agosto, quando o presidente Collor pediu ao povo que promovesse manifestações verde-amarelas em defesa

de seu próprio mandato e acabou deflagrando ele próprio uma onda de manifestações populares pelo *impeachment*.

Prevendo a rápida desestabilização do governo, Fleury deflagrou uma série de reuniões com governadores de estado. O objetivo era promover a posse de Itamar, mas garantir ao mesmo tempo que ela se desse sob compromisso da manutenção do programa de Collor, que a bancada peemedebista no Congresso sustentou sempre que preciso, desde a posse do presidente.

O jornalista José Casado, da *Gazeta Mercantil*, revelou no dia 25 que pelo menos dois ministros - Marcílio Moreira e Célio Borja - par-



ticiparam desde o início de tais articulações. Marcílio, que durante muitos meses esforçou-se para garantir o apoio dos grandes grupos econômicos a Collor, passou então a desempenhar um outro papel.

Ele intensificou sua pre-



O PT DISCUTE A CRISE E O FUTURO

Reunida em meio à vertigem dos acontecimentos, no último dia 17 de agosto, a Comissão Executiva Nacional do PT decidiu tornar pública uma nota em que enfatiza que "o centro da mobilização partidária, assim como da sociedade, deve pôr fim à situação de degradação política e moral em que se encontra mergulhado o país", através do *impeachment* de Collor.

A direção do PT prevê que se "materializada a destituição do presidente, através do *impeachment*, conforme prevê a Constituição, deve assumir o vice-presidente da República". Sugere que "a necessidade de concentrar esfor-

ços para concretizar o 'Fora Collor' torna inóportunas outras palavras-de-ordem como as de 'eleições gerais' ou definições mais específicas a respeito do futuro pós-Collar.' Promete ainda oportunamente apresentar 'um programa de reformas políticas, econômicas e sociais, centrado no combate à corrupção, na democratização radical do sistema político e na superação da crise econômica segundo os interesses dos trabalhadores e das amplas maiorias nacionais'.

"REVOLUÇÃO ÉTICA". O debate sobre o futuro, no entanto, já teve início. Eduardo Jorge, líder do PT

na Câmara, afirma que "não participar a priori, não disputar o espaço de que o povo precisará neste governo, é uma posição quase eleitoreira. Contribui para manter a visão messiânica sobre a política. É como se as aspirações do povo dessem ser jogadas para uma data hipotética - 1994 -, em que tudo possa ser mudado, em que se transformem os montes em cuscuz e os rios em leite e mel, como queria Antonio Conselheiro".

Eduardo Jorge acredita, além disso, que um eventual *impeachment* de Collor assumiria, por si mesmo, o caráter de "uma revolução ética e cultural". "Não pode-

mos definir a princípio", prossegue o deputado, "se participaremos ou não do governo. Mas temos a obrigação de tomar parte dos debates que levarão a sua constituição. Precisamos levar nossas propostas e exigências, além de bloquear a participação dos setores do PFL mais identificados com o governo Collor". Na opinião de Eduardo Jorge, não se deve excluir a presença neste governo "de transição" de pelefistas como os ligados ao governador pernambucano Joaquim Francisco.

RESPONSABILIDADES. O deputado José Genoíno defende também a opinião de que "a luta pela saída de Collor vai se tornando inseparável de um entendimento entre os partidos e a sociedade capaz de

viabilizar politicamente a ascensão de Itamar".

Genoíno discorda da participação do PT no novo governo. Argumenta que a "matriz originária" do vice Itamar é o programa apresentado por Collor nas eleições de 1989 e, portanto, "está distante do nosso perfil político". Mas sustenta que a posição do PT diante do novo governo "deve ser substancialmente distinta daquela que praticou com o governo Collor". "Como parceiro dos partidos que assumiram desde o início a luta pela CPI, o PT tem consciência do dever de compartilhar responsabilidades no futuro", arremata.

ILUSÃO. Já Florestan Fernandes lembra que a corrupção promovida pelas elites é tão profunda que

TRANSIÇÃO

as reformas liberais sob disfarce de um "acordo nacional"



... O objetivo é garantir a posse de Itamar preservando o programa de Collor. Fleury e Quérzia articularam a manobra, e buscam o consentimento da esquerda

sença em encontros empresariais. Passou a revelar de forma límpida, no entanto, que se descomprometia das medidas planejadas por Collor para garantir sustentação parlamentar a seu mandato. E destacou que o importante era assegurar a execução do ideário neoliberal.

DEBANDADA EMPRESARIAL

A mais importante dessas reuniões ocorreu no dia 21, e foi promovida pela Câmara Americana de Comércio de São Paulo. O presidente

"insere-se na tradição cultural do país". "Isso não se altera da noite para o dia", prossegue: "seria ilusão supor que a simples presença do PT num governo de união nacional seja capaz de modificar a índole dos partidos identificados com a manutenção da ordem existente. Em um governo de união nacional, o PT surgiria para legitimar decisões e medidas que certamente irão se chocar com os interesses populares". E conclui: "a coalizão em que podemos e devemos nos manter é a que se forma no combate ao governo Collor, para eleger um futuro governo de esquerda".

O deputado Raul Pont posiciona-se "radicalmente contrário à participação do PT num governo de transição". "Nas medidas

que interessam ao grande capital, a grande maioria das bancadas do PMDB e do PSDB vota com o governo Collor. Foi assim na privatização das estatais, na renegociação da dívida externa, na retirada da pauta do imposto sobre grandes fortunas, na aprovação das medidas de compressão dos salários e no congelamento do projeto de lei que iria limitar a edição de Medidas Provisórias".

"Na atual conjuntura", argumenta Pont, o que se coloca é a posse constitucional de Itamar. Mas não vamos abrir mão de ser oposição, nem de manter nosso programa. E se surgir um novo impasse, se o PMDB e outras forças políticas, por exemplo, recusarem-se a dar sustentação ao novo governo ou este se mostrar inca-

paz, nossa alternativa será antecipar as eleições gerais, para a presidência e o Congresso."

CENTRO-DIREITA. E qual a posição de Lula? Em recente entrevista ao Linha Direta, boletim do Conselho Deliberativo Estadual do PT paulista, o presidente nacional do PT declarou que "o governo Itamar é outra conversa, que nós discutiremos depois do impeachment. Nós não participaremos de seu governo, que provavelmente será de centro-direita. Entretanto, estamos dispostos a apresentar à sociedade algumas propostas que entendemos ser necessárias para tirar o Brasil da crise". Noutras palavras: a hora é de unir forças para tirar Collor. Depois se vê.

JUAREZ GUIMARÃES

partido pelas ações iniciadas por Fleury. Procurou vincular a aprovação do *impeachment* ao surgimento de um "consenso" em torno de Itamar. E lançou novos apelos à direita, assegurando que "inclusive o PFL é bem-vindo" nas negociações que detalharão seu programa.

Nos dois dias que se seguiram, uma onda de adesões conservadoras à tese do afastamento de Collor pareceu confirmar que a direita concretizava a opção pelo empossamento do vice. A votação do relatório de Amir Lando na CPI do caso PC-Collar terminou com expressiva vitória da oposição (16 x 5), o que era imprevisível poucos dias antes. Sob pressão de Paulo Maluf, a bancada do PDS no Congresso preparava-se para posicionar-se pelo *impeachment*, e havia sinais de que caminho idêntico seria adotado pelos até agora governistas: PL e PDC. Até no PFL e no PTB, cujos líderes mantinham apoio firme ao presidente, multiplicavam-se as dissidências.

Para que a saída conservadora se concretizasse, no entanto, seria necessário contar com algum tipo de consentimento da esquerda - em especial de seu partido mais poderoso, o PT, segundo afirmou taxativamente o próprio Quérzia no dia 24. E a multiplicação das manifestações populares permitia manter a esperança de que era possível contrapor ao caminho da direita substituir Collor um outro, que estivesse baseado na derrubada não apenas do presidente, mas do programa que conduz o país ao caos.

ANTONIO MARTINS

CONTRA A VISÃO ESTREITA, A CEGUEIRA
E A FALTA DE PERSPECTIVA



A BRIGADA REAGE

A expulsão de onze soldados do 4º BPM de Pelotas, ou "licenciamento a bem da disciplina", como se diz no jargão de caserna, é o saldo da primeira reação oficial aos trabalhados da CPI da Espionagem Política, criada para desbaratar o serviço de espiões aos movimentos sociais, bem como para descobrir o paradeiro dos arquivos do extinto DOPS gaúcho. Os soldados confirmaram, no dia 19 de agosto, os depoimentos dos sargentos Gildo Roods Rodrigues e Roger Jaekel dos Santos. Eles responsabilizaram a PM2 (órgão de informações da BM) por três atentados contra sargentos. O motivo: sabiam do envolvimento de membros deste agrupamento com tráfico de drogas e contrabando. Além disso, os sargentos se negaram a participar de uma operação que visava o extermínio de duas pessoas acusadas de tráfico de drogas.

A receita é antiga. Depois do primeiro atentado contra Aldo Bruno Ferreira, o capitão Cláudio Omar Cougo propôs a criação de um esquadrão da morte para eliminar os "marginais", Anudinha e "Ovelha", supostamente responsáveis pelo atentado. A negativa dos sargentos, que chefiavam os onze soldados, gerou as duas tentativas de homicídio de Gildo e Roger.

TIRO PELA CULATRA. Uma limitação imposta pela própria Brigada Militar, através de seu "porta-voz" extra-oficial, na CPI, deputado João Osório (PMDB), ex-brigadiano, acabou detonando um escândalo que vem colocando em risco a imagem da corporação. Em face da negativa do Comando da Brigada em fornecer a listagem de todos os servidores civis, militares, ou contratados de qualquer modo, e seus respectivos salários, a CPI resolviu iniciar as investigações pelo caso de Pelotas. Os três sargentos que sofreram atentados já denunciavam publicamente o envolvimento da PM2.

"Vamos tentar reverter esta decisão do Comando de Pelotas de expulsão em agregaçao dos soldados, colocando-os à disposição da CPI", explica o deputado Antônio Marango, presidente da CPI. Na sua opinião, a Brigada Militar não pode ficar acima do governo e da Assembléia Legislativa. "Como é que fica o poder Legislativo, se cada servidor público chamado para depor corre o risco de ser demitido?".

MARIA LUIZA SANTOS SOARES,
de Porto Alegre

SÃO PAULO

UMA REFERÊNCIA NACIONAL

A disputa pela sucessão da prefeita Luiza Erundina assumiu, pelo menos na primeira semana do horário político na TV, características inusitadas. Imagine a cena: o sempre candidato Paulo Maluf convoca as "forças verdadeiramente comprometidas com o povo" para a manifestação pró-impeachment no Anhangabaú, dia 25. Como cenário de fundo, uma pichação, nos moldes mais tradicionais, de "Fora Collor". Mais do que um ajuste vocabular nos tempos de CPI, Maluf "radicaliza" o discurso e tenta se apropriar de frases e expressões características da esquerda, bastante usadas pelo governo petista, para ganhar espaço entre setores da população tradicionalmente hostis à sua candidatura e tentar até decidir o pleito ainda no primeiro turno.

Em torno de Maluf se aglutinam as forças mais conservadoras de São Paulo. Mas ele é o líder destacado nas pesquisas de intenção de voto. Por que, depois de três anos e meio no governo municipal, o PT ainda sente dificuldades de conservar entre a população o apoio de que desfrutava ao chegar à prefeitura?

Erundina foi eleita, em pleito de turno único, com 30% dos votos. No entanto, logo após a eleição, as pesquisas de opinião indicavam que a maioria da população tinha uma expectativa positiva em relação à nova administração. Não foi pequeno o susto das elites brasileiras com essa vitória do PT em 1988. A aliança de esquerda "Partidos do Povo" (PT, PCdoB, PSB e o extinto PCB) bateu de frente com a direita malufista e colheu um resultado muito importante. O quadro político saído das urnas naquele ano, por exemplo, ajudou a impulsionar o movimento que levou Lula para o segundo turno da eleição presidencial em 1989. E, contradicoriatamente, as frustrações em relação aos feitos da administração também causaram perdas naquele momento decisivo.

MEGAPROBLEMAS. É grande o peso político e econômico desta megaciudadade. Seu orçamento é o terceiro do país, depois do governo federal e do governo de São Paulo. No entanto o tamanho de seus problemas faz jus às suas dimensões. Alguns números podem dar a idéia disso: uma área de quase 1.500 km² quadrados, com 9,5 milhões de habitantes, sendo que destes 2 milhões vivem em cortiços, 1 milhão em favelas e 2,5 milhões em loteamentos irregulares. Junte-se a isso a herança catastrófica do governo Jânio Quadros, que começava com uma dívida de quase 1,5 bilhão de dólares, passava por creches desativadas, escolas deterioradas, hospitais em péssimas condições de funcionamento e uma pesada máquina administrativa acostumada a funcionar para atender aos interesses das elites paulistanas.

Apesar de todas as pedras no meio do caminho, não é difícil constatar que a gestão Erundina é um

marco na história do PT e das forças populares. Qualquer novo governo de esquerda terá de considerar essa experiência. Uma tradição de transparência administrativa e zelo pelos negócios públicos foi inaugurada, e mesmo as forças políticas de oposição são obrigadas a reconhecê-lo, como bem registra o *O Estado de S. Paulo* (19/07/92). Além disso, o atual governo municipal radicalizou na concentração de recursos em programas de melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores - a chamada política de inversão de prioridades. No último ano de seu mandato, quase 50% do orçamento está destinado à área social, valor relativamente mais alto que de todas as administrações anteriores.

INVERSÃO DE PRIORIDADES. Isso significa, por exemplo, um aumento de 20% do número de alunos atendidos nas escolas municipais, entre 1988 e 1992. Também caíram os índices de reprovação e de evasão escolar, fruto direto da melhoria da qualidade do ensino e das condições de trabalho dos professores e funcionários. O Novo Estatuto do Magistério Municipal, além de melhorar o plano de cargos, salários e carreiras, estabelece uma jornada de tempo integral pela qual o professor se dedica inteiramente à escola, recebendo remuneração proporcional por 20 horas de aula e por mais 20 horas de atividade extra-classe. Os gastos com operação, manutenção e compra de materiais e equipamentos cresceram 389% em relação a 1988. Na saúde, cinco novos hospitais foram construídos, bem como 12 outras unidades de saúde, fora as 137 reformadas e ampliadas.

Foi também a política de inversão das prioridades que orientou a mudança nos rumos da Secretaria Municipal de Cultura. A diretriz geral baseou-se na definição de cultura como direito do cidadão, direito de fruir a criação cultural, de produzir cultura, de participar das decisões sobre o fazer cultural e de se informar sobre todos os serviços culturais do município. Dentre os órgãos criados pela Secretaria para dar materialidade a esses princípios destacam-se as 13 Casas de Cultura. Nelas o povo se encontra, produz, encena, representa, mostra e vive cultura. Nos bairros onde não há ainda uma Casa de Cultura, os agentes culturais da Secretaria trabalham com associações de moradores e outras entidades para colocar em prática o projeto da cidadania

cultural.

OUSADIA E CORAGEM. A lista de realizações da gestão de Luiza Erundina poderia prosseguir. O quadros (abaixo) mostra que ao lado do aumento real das receitas do município cresce também o montante destinado às áreas sociais. Tiveram também importância corajosas atitudes políticas de Erundina, como o apoio à greve geral de 14 e 15 de março de 1989. A prefeita convocou a população, através da imprensa, a aderir ao movimento, o que custou inúmeros processos. Ou ainda a que diz respeito ao caso do cemitério de Perus. A partir de denúncias de familiares de presos políticos desaparecidos na época do regime militar, a prefeitura localizou 1049 ossadas enterradas clandestinamente no cemitério Dom Bosco, em Perus. Foi assinado então um convênio com o Departamento de Medicina Legal da Unicamp, para que se pudesse proceder ao reconhecimento de militantes de esquerda assassinados e ali enterrados. Uma comissão de familiares de presos políticos desaparecidos teve acesso aos arquivos do Serviço Funerário e do Instituto Médico Legal, com o objetivo de facilitar a localização das ossadas.

Também não faltou ousadia em propostas como a progressividade do IPTU ou a Tarifa Zero para os transportes coletivos municipais. O problema é que a ousadia acabou se restringindo apenas à apresentação das mesmas ou, no caso do IPTU, a uma briga judicial que se arrasta até hoje pelos tribunais.

FALTA A PONTE. Talvez aqui esteja o principal ponto crítico desta gestão. O governo municipal, sob o comando da prefeita Erundina, teve garra e determinação política para inverter a lógica de uma máquina administrativa viciada em gastar mais com as "grandes obras" e com a própria burocracia do que com investimentos sociais. Mas quando uma proposta significava um salto de qualidade, acabava vindo à tona que a ponte ligando governo e povo não havia sido construída.

O IPTU é um exemplo. A progressividade deste imposto, nos moldes propostos pela administração, mexia com um punhado de ricos e poderosos proprietários muito pouco dispostos a abrir mão de seus privilégios. Segundo dados da Secretaria Municipal de Finanças, 70% do valor de todos os terrenos da cidade de São Paulo referem-se a apenas 5% das propriedades. Além

PMSP - ORÇAMENTO - EVOLUÇÃO DA DESPESA TOTAL REAL MÉDIA, POR ÁREA

ÁREA	1975-1978	1979-1982	1983-1985	1986-1988	1989-1992
	OLAVO SETÚBAL	REYNALDO DE BARROS	MÁRIO COVAS	JÂNIO QUADROS	LUIZA ERUNDINA
I. ÁREA SOCIAL	100	140	164	242	457
II. INFRA ESTRUTURA E OPERACIONAL	100	95	95	210	195
III. ÁREA MEIO	100	104	116	153	220
IV. OUTROS	100	119	176	266	284
TOTAL	100	116	139	231	303

FONTE: BALANÇOS PMSP E RELATÓRIOS MENSais DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, POSIÇÃO EM 27/12/91

1992: ORÇAMENTO-PROGRAMA

ÍNDICE UTILIZADO: IPC - Fipe



LUÍZA ERUNDINA

Pelos acertos e pelos erros, uma gestão que serve de parâmetro para toda a esquerda

de justa, a progressividade está totalmente amparada na lei e praticamente todas as principais cidades do país já utilizam o método na cobrança desse imposto. A campanha que se assistiu em São Paulo contra o IPTU tinha o claro objetivo de desguarnecer a prefeitura de recursos neste último ano de governo. Mas, diante da ofensiva conservadora, a mobilização de rua simplesmente não existiu.

O IPTU costumava ser um imposto pouco valorizado pelas administrações anteriores. Elas acabavam se apoiando mais na obtenção de empréstimos junto aos bancos e governos federais e estaduais. Com isso, não incomodavam os grandes proprietários e iludiam a população com um falso alívio financeiro, porque de uma forma ou de outra quem acabava pagando as contas dos empréstimos era sempre o povo. Mesmo assim, do IPTU cobrado, mais da metade dizia respeito às residências, ficando terrenos e empresas numa situação privilegiada. A proposta do atual governo municipal mudou o referencial (50 mil proprietários, 4% dos contribuintes, pagam 60% do total a ser arrecadado, enquanto que, do outro lado da pirâmide, 550 mil imóveis -33% do total - ficam completamente isentos).

A BRIGA DOS TRANSPORTES. Quanto à proposta da Tarifa Zero a situação foi ainda mais difícil. Para que ela se viabilizasse, a taxação do IPTU em cima dos grandes proprietários teria que aumentar bastante. Mais uma vez justíssimo. Como coloca a prefeitura em seu jornal *Balanço Geral*, é preciso

que seja discutido o caráter social da tarifa. O direito de ir e vir é uma necessidade básica, como é básica a educação e a saúde. A Câmara de Vereadores, de maioria conservadora, não quis nem mesmo examinar este projeto. A prefeitura pegou de volta e engavetou.

Na tentativa de melhorar o transporte na cidade, veio o projeto de municipalização das linhas de ônibus. O projeto foi para a Câmara de uma forma e saiu de outra, com grandes vitórias para os proprietários das frotas de ônibus. O alto preço pelo quilômetro rodado que a prefeitura paga aos empresários, com a municipalização, fez elevar consideravelmente o lucro destes. Com isso, é verdade, eles puderam ampliar a frota, e com ela o lucro. Registre-se: um motorista de uma empresa particular, embora parte do mesmo piso salarial, recebe em média 30 a 40% a menos que um colega seu da CMTC (Companhia Municipal). É que para eles não existe nenhum plano de cargos e salários. Para a diretoria do Sindicato dos Condutores de São Paulo, filiado à CUT, esta municipalização deformada pelo PDS & Cia. é meio caminho para a privatização dos transportes coletivos de São Paulo. A avaliação geral dos sindicalistas é que a administração não apostou na mobilização do povo e as negociações foram puramente intramuros.

Já a Secretaria Municipal de Transportes acredita que alcançou-se o possível, considerando a correlação de forças do momento. O secretário Lúcio Gregory comenta os tantos obstáculos que a Câmara impôs à solução dos problemas do transporte no mu-

nicipio. Quando da votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, por exemplo, a Câmara aprovou uma emenda limitando em 10% o subsídio do setor transporte, o que é muito pouco. A prefeitura vetou a emenda. De volta à Câmara, os vereadores derrubaram o veto. Com isso sobem as tarifas. Com isso paga mais uma vez o povo. Este ano, ao votarem o orçamento para 1993, os vereadores retiraram esse item, apostando que a próxima gestão será diferente "desista". O fato é que também aqui o componente mobilização popular não foi ativado.

O POVO, ENFIM. Apenas o episódio que envolveu o Tribunal de Contas do Município (TCM) mostrou que pode haver uma saída diferente. O TCM rejeitou as contas da prefeitura para o período de 1990, na tentativa de envolver a gestão Erundina entre aquelas marcadas por denúncias de corrupção. A sociedade organizada se mobilizou, fez manifestação em frente à Câmara Municipal e os vereadores acabaram derrubando o parecer do TCM.

Uma importante inovação, que pode ser o instrumento a viabilizar que a inversão de prioridades se alie de fato à participação popular, diz respeito ao projeto de reforma administrativa enviado pela prefeitura à Câmara Municipal. O princípio fundamental do projeto é a descentralização do poder. Nele está prevista a criação de 13 sub-prefeituras, que contariam com recursos próprios e autonomia administrativa para enfrentar os problemas específicos de cada região. As 17 secretarias municipais de hoje seriam extintas e em seu lugar seriam criadas cinco outras novas, agrupadas por áreas afins. Cada uma das 13 sub-prefeituras trabalharia com também cinco sub-secretarias. Todos os sub-prefeitos seriam indicados pelo prefeito, garantindo assim a integração político-programática do governo. Essa integração passaria também por uma instância de decisão chamada Conselho de Ação Governamental, composto pelo prefeito, seu chefe de gabinete, secretários e sub-prefeitos, e seria encarregado de definir as grandes prioridades, controlar os planos de governo e a política de investimentos e gastos.

Mas a reforma administrativa não será para essa gestão. O projeto foi encaminhado à Câmara em maio de 1991, já na segunda metade do mandato de Erundina. E mais uma vez a maioria conservadora vem impondo a sua vontade.

O desafio maior para o PT e demais forças populares está por ser vencido. É preciso reconquistar a maioria da população, para não deixar que este projeto seja destruído. Com a experiência acumulada, com a disposição de superar os problemas que teve a atual administração, Suplicy pode partir de um patamar superior para fazer ainda muito mais pelo povo de São Paulo.

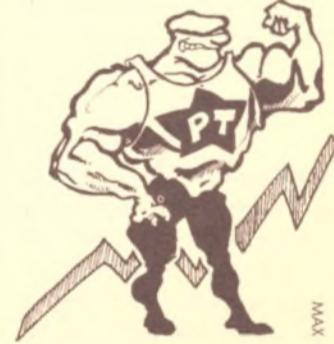
ANGELA SOARES

BELO HORIZONTE

PT CRESCE E PODE VENCER

O PT é o partido mais simpático aos olhos dos eleitores da capital mineira. O candidato do PFL, Maurício Campos, que está em primeiro lugar nas pesquisas, caiu dois pontos percentuais, segundo a última pesquisa divulgada pelo Ibope, dia 21. O candidato tucano está estacionado e mantém empate técnico com o Patrus Ananias, do PT, e com o candidato do PMDB.

Segundo o Ibope, o candidato do PMDB tem 14% do eleitorado, o do PSDB tem 12% e Patrus, do PT, 11%. Em julho, o candidato petista tinha 7%; em apenas três semanas cresceu 4%. Segundo Ananias, a tendência é crescer, principalmente agora, com a campanha de rádio e televisão. "Estamos marchando para a vitória", diz confiante.



O programa eleitoral gratuito foi a chave de ignição da campanha, para todos os candidatos. Desanimado, o eleitorado só deu sinal de vida com o início da campanha no rádio e na TV. Mesmo assim, os candidatos continuam preocupados com essa apatia, e vários deles estão usando parte de seu tempo para fazer campanha contra os votos nulos e brancos e tentando passar uma ideia melhor de política. O momento não é bom para o eleitor, que assiste de camarote a devassa política do país. "Mas é preciso acreditar que existem políticos e políticas sérios", adverte Ananias.

No resto do estado, na maioria das cidades, o desinteresse do eleitorado não é muito diferente da capital. O PT é favorito em pelo menos 60 cidades e disputa eleições em outros 204 municípios, com candidatos próprios.

A vinculação das campanhas aos fatos nacionais é inevitável. Em todos os municípios mineiros, candidatos majoritários e proporcionais fazem campanha contra Collor. Até os partidos de direita, claramente de sustentação do presidente da República, andam escondendo o jogo e, se ainda não fazem nada contra, evitam vinculações de qualquer tipo com presidente.

MARILY DE SOUZA,
de Belo Horizonte

PIMENTA SEM REFRESCO

Alemanha. São os custos da reunificação alemã e do "trinco liberal": Skinheads neonazistas incendiaram um albergue de candidatos à imigração, em sua maioria ciganos romenos e refugiados vietnamitas. O caso aconteceu no porto de Rostock, na ex-Alemanha comunista, onde 1/3 dos trabalhadores estão desempregados. O detalhe perverso é que os moradores aplaudiram os terroristas, e a polícia, depois de tentar impedir o atentado, cruzou os braços. Qualquer semelhança com o filme *O Ovo da Serpente*, de Ingmar Bergman, não é mera coincidência.

IUGOSLÁVIA 1. Mais ovos de serpente na chocadeira europeia. Enquanto os "arianos" da Europa Ocidental vociferam contra imigrantes do Leste Europeu, da África e Ásia, na falecida Iugoslávia os sérvios investem na purificação étnica, tentando eliminar os outros de seus domínios. Os croatas ensaiam a mesma gracinha em suas regiões.

IUGOSLÁVIA 2. A Folha de S. Paulo gastou-se pra xuxu por ter sido o primeiro jornal brasileiro a levar um correspondente - Leão Serva - à guerra civil na ex-Iugoslávia. Podemos corporativistas dizer que é falta de ética minha, mas quem conhece o rapaz sabe que se trata de uma nulidade em assuntos internacionais, cuja maior credencial é a canina fidelidade aos grandes timoneiros do diário. Para não dizer que a pimenta é gratuita: desde que Serva chegou à ex-Iugoslávia, a cobertura da FSP deixou de orientar-se pelos rumos da guerra civil. O centro do noticiário é dia-a-dia do jornalista. Sua primeira matéria, enviada muitos meses depois do início da guerra, começava com uma frase sugestiva: "Agora é guerra", sapecou o bravo repórter. Afinal, "agora" ele estava lá.

"FRENTE". As pesquisas indicam vantagem para o "não", no plebiscito de 20 de setembro, que será fundamental para a adesão ou não da França à Europa unificada. Combatem pelo "não": a Frente Nacional do neonazista Jean-Marie Le Pen, a Liga Comunista Revolucionária, e o Partido dos Trabalhadores, ambas correntes trotskistas.

JAYME BRENER



EX-UNIÃO SOVIÉTICA

O partido na justiça

Em artigo publicado no The Independent londrino, Roy Medvedev analisa o processo contra o PCUS.



Medvedev: balança pende em favor da defesa

Na abertura das audiências em que se julga o PCUS na Rússia, houve muitos discursos tendenciosos de parte a parte, com ambos os lados cometendo equívocos. O Tribunal Constitucional encarregado do caso chamou os advogados do Partido e os que representam Yeltsin para que apresentassem o seu caso desde um ponto de vista jurídico; mas até agora nenhum dos lados conseguiu de fato fazê-lo.

Os defensores do antigo PCUS puseram ênfase nos serviços inúmeros que o Partido prestou ao povo soviético e à humanidade em geral. Mas ficou claro que os discursos sobre "a trilha heróica" do Partido, sobre seus feitos e sucessos, não podiam ser considerados objetivos nem eram convincentes. O discurso de Vladimir Sevastianov, o cosmonauta, sobre os sucessos espaciais soviéticos, teve uma audiência autêntica; mas como ou no que isso pode influenciar os juízes e suas decisões sobre as atividades do PCUS?

Por seu turno, os opositores do Partido também se concentraram inicialmente nos crimes e erros cometidos pelos líderes, começando com Lênin e Stálin e terminando com Brezhnev e Gorbachev. Apresentaram documentos secretos dos arquivos do Partido, leram trechos a respeito da ocupação da Tcheco-Eslováquia, do Afeganistão, da ajuda a partidos comunistas e grupos no Terceiro Mundo, da deportação de pessoas para o Cáucaso, da repressão dos anos trinta aos cinquenta, da destruição de igrejas e do assassinato de religiosos.

Como um historiador que escreveu sobre Stálin, o Stálinismo, Kruschev, Brezhnev, e dos crimes da guerra civil, nada achei de novo nestes documentos; nem os soviéticos ocidentais acharam. Claro, é a primeira vez que vemos estes documentos, mas nenhum de nós suporia que tais acontecimentos pudessem se produzir sem decisões correspondentes por parte das lideranças partidárias. Dessa forma, a promessa dos advogados de Yeltsin, no sentido de apresentarem documentos sobre o partido que fariam "o mundo se arrepiar" ainda não se cumpriu.

Equivocos. Quando finalmente os dois lados começaram a falar desde um pon-

to de vista jurídico, em meu ponto de vista a balança começou a pender para o lado dos defensores do PCUS. Assinalaram, através do advogado Alexandre Kligman, que o tribunal não tinha base legal para pôr em dúvida a constitucionalidade do PCUS ou de qualquer outro partido. As regras partidárias do PCUS nada tinham de incompatível com a Constituição soviética, apesar de se poder vislumbrar uma série de choques entre as constituições soviética e russa, e as atividades do partido. Mas um ato equivocado ou mesmo criminoso por parte de um líder partidário não significa que a organização a que ele pertença seja ela mesma criminosa.

O Partido Conservador

pode ser acusado por suas atividades durante as guerras coloniais no começo desse século. Ambos os partidos mais importantes dos Estados Unidos são responsáveis pela Guerra do Vietnã. O Partido Socialista Francês apoiou a guerra colonial na Argélia e a agressão ao Egito em 1956, junto com a Grã-Bretanha. Mas todos estes acontecimentos levaram a uma mudança de governo ou de uma liderança partidária, não ao banimento do próprio partido.

O atual governo da Federação Russa vem violando direitos sociais e econômicos da população que estão por escrito na Constituição Soviética. Mas isto não quer dizer que o governo seja um órgão inconstitucional em si mesmo, ou por si mesmo. Neste sentido, o Sr. Kligman sugeriu que o

tribunal julgasse apenas os decretos de Yeltsin que puseram o PCUS fora da lei; mas suas propostas foram recusadas.

PODER E ESTADO. Quando os trabalhos reabrem-se, ainda se deve discutir a diferença entre "poder" e "estado". Não há dúvida de que o PCUS destruiu o velho estado durante a revolução, e criou um novo estado no qual ele foi o partido líder durante 74 anos. Também não há dúvida de que numa série de incidentes ele estava misturado com o Estado, principalmente na cúpula. Mas assim mesmo não se deve confundir o conceito de "poder" com o de "estado". O partido possuía o poder, mas não era uma organização de estado, no sentido estrito da palavra.

Alguns oponentes do PCUS tentaram provar que o partido nunca mudou depois de 1917. Parecem não reconhecer que um partido político é um organismo vivo, que muda de uma época para outra. A sua organização, seus métodos, sua ideologia foram diferentes em 1918, 1938, 1958 e 1990-1991, quando se introduziu o sistema multipartidário. E não há provas da participação dos líderes da cúpula partidária na tentativa golpista de agosto de 1991, acontecimento central nas acusações contra o partido e nas justificativas para os decretos de Yeltsin que baniram o PCUS.

Novo NUREMBERG. Às vésperas das audiências, os oponentes do partido ameaçaram transformar o jul-

gamento num novo Nuremberg; por sua vez, os membros do Partido lembraram o processo de Leipzig, uma referência aos processos contra Georgi Dimitrov, em 1934, na Alemanha fascista. Também lembraram do banimento do Partido Comunista da Indonésia, em 1965, e o banho de sangue que se seguiu, com três milhões de vítimas.

Mas o julgamento de Moscou tem um caráter inédito. É o julgamento de um partido que criou o Estado soviético, o seu aparelho legal, a economia e a própria sociedade que desde o ano passado não mudou muito. Deve-se observar que quase todos os participantes no julgamento eram membros do PCUS, e bem pouco. Yeltsin era um dos líderes do partido e foi membro dele de 1961 a 1990.

Um de seus representantes, Sergei Shakhrai, pesquisador da Universidade de Moscou, também foi membro, de 1987 a 1990. Outro de seus representantes, Genady Burbulis, tinha uma cadeira na Academia Científica Comunista. Quase todos os 12 membros do Tribunal pertenciam ao partido, inclusive o seu presidente, Valery Zorkin. Quase todas as autoridades do atual governo russo pertenciam ao PCUS — incluindo o presidente, militares e diplomatas. E a maioria deles sequer se desligou do Partido, tendo consigo até a carteirinha. Isto é uma garantia de que não haverá uma caça às bruxas mesmo que o tribunal venha a decidir-se pela inconstitucionalidade do partido. As decisões deverão ser livres de qualquer vício — pois serão estudadas por juristas no mundo inteiro. E o tribunal tem de pensar em sua própria reputação. Ele mesmo é uma criação da nova Rússia.

Foi o Soviete Supremo da Rússia que decidiu criá-lo, em 6 de maio de 1991, e em outubro o Congresso Russo dos Deputados do Povo escolheu seus 12 membros. Suas decisões anteriores mostraram que ele não pretende tornar-se um órgão decorativo. E em dezembro de 91, 37 deputados do parlamento russo apelaram contra os decretos de Yeltsin. Para este tribunal, o problema não se resume a decidir entre "ser ou não ser" com relação ao PCUS, mas também de saber se teremos um Tribunal Constitucional independente ou não. Isto, certamente, pesará em sua decisão.

(TRADUÇÃO DO INGLÊS: FLÁVIO AGUIAR)

Um novo foco de tensão

Brasileiros que migraram para a Bolívia começam a sofrer o mesmo drama dos "brasiguaios"

Não foi preciso atravessar os desertos para chegar à terra prometida. Era só cruzar o rio Acre. Do outro lado da fronteira, a floresta era a mesma, mas boliviana. "A terra da Bolívia era livre e selvagem, a gente chegava sem nada e conseguia ter uma boa vida. Até as autoridades tratavam a gente bem", afirma Francisco Ramos, 69. Ramos foi um dos primeiros "brasivianos" expulsos da terra por um boliviano com o título de propriedade.

"Ele primeiro conheceu a minha área, com casa, engenho e roçado, depois correu para o cartório e registrou", diz Ramos, que hoje trabalha como vigia em uma loja de Brasiléia. Segundo o Serviço de Imigração Boliviano, os estrangeiros têm direito ao título da terra quando se radicam definitivamente no país. O casamento com bolivianos, o serviço militar e a naturalização boliviana são alguns caminhos para garantir a posse da terra.

Uma pesquisa da Diocese de Rio Branco levantou que a maioria dos "brasivianos" se nega a qualquer das alternativas. "A Bolívia é uma passagem. A maior parte sonha em voltar para o Brasil, atraídos principalmente pelos serviços públicos de educação e saúde melhores e mais acessíveis do que na Bolívia", afirma o padre Luís Cecchi, coordenador da pesquisa.

INSEGURANÇA. Sem escolas, sem postos de saúde, sem igrejas, a precariedade da floresta boliviana é reforçada pelo alto custo de vida. Os marreteiros - a maior parte bolivianos - vendem produtos brasileiros com um preço 100% mais caro do que o outro lado da fronteira. "A gente nunca consegue pagar as dívidas", afirma um seringueiro. A renda familiar é in-



ferior ao salário mínimo brasileiro. A cobrança inúmeras vezes de um mesmo imposto ou taxa, a presença de homens armados entre os fiscais, a insegurança em relação à terra e a precariedade das condições de vida são pontos comuns nas reclamações dos brasileiros da estrada de Porto Rico. Ao mesmo tempo que favorecem o discurso de desconfiança para com os bolivianos incentivam um sen-

timento de "brasilidade". "Aqui nós tentamos sobreviver. Se no nosso Brasil tivesse um lugar pra gente, a gente voltava", diz M.D.

VOTO NO BRASIL. As crianças brincam em espanhol mas os pais não pouparam energia para se deslocarem a pé, de carona ou a cavalo até a fronteira brasileira, para registrar cada filho que nasce. É a mesma energia que usam nas elei-

ções, para votar no Brasil. Na corrida municipal desse ano, os candidatos já começaram a atravessar a fronteira e realizar comícios improvisados. "Dizem que a gente é que vai decidir as eleições de Brasiléia e Epitaciolândia", afirma orgulhoso J.A. O Colégio eleitoral brasileiro estimado na região de Cobija é de 2 mil votantes.

DENISE CARREIRA
de Rio Branco

SÃO 15 MIL NA MESMA SITUAÇÃO

Mais de dois mil seringueiros brasileiros que viviam na Amazônia boliviana retornaram ao Brasil nos últimos dois anos. A estimativa é do Serviço de Imigração de Cobija, cidade boliviana que faz fronteira com o estado do Acre. Segundo pesquisa da Diocese de Rio Branco, cerca de 15 mil seringueiros vivem na Bolívia. Em alguns departamentos, como o de Pando, os "brasivianos" chegam a representar mais de 80% da população que mora na fronteira.

A maioria dos seringueiros brasileiros cruzou a fronteira nas décadas de 70 e 80, expulsos dos seringais acreanos pela pecuária. Para o chefe do Serviço de Imigração boliviano, Hector González, existe atualmente um movimento de retorno ao Brasil. González acredita que na origem da volta está o baixo valor da borracha no mercado internacional. Na Bolívia, o quilo da borracha varia de Cr\$ 1 mil a Cr\$ 1,5 mil, menos da metade do preço pago no Brasil.

Muito além da borracha, o sindicalista e membro do Conselho Nacional dos Seringueiros, Osmarino Amâncio, aponta como motivos do êxodo os conflitos com autoridades bolivianas sobre a cobrança de impostos e de taxas de regularização no país. "Os brasileiros sofrem muita discriminação", afirma. Mas, para ele, a principal razão do retorno é o crescente número de bolivianos que requerem legalmente a propriedade das terras ocupadas por brasileiros.

"Se os governos brasileiros e bolivianos continuarem a ignorar o que acontece na fronteira, essa tensão pode acabar em derramamento de sangue", diz o sindicalista.

Para o secretário especial da Prefeitura do departamento de Pando, Juan Salsero, a relação entre brasileiros e bolivianos é pacífica. "Os brasileiros têm mais direitos que nós no Brasil". Segundo ele, o número de bolivianos deve aumentar nos departamentos fronteiriços com a implantação do Plano Nacional de Reforma Agrária do governo Paz Zamorra. O programa pretende deslocar famílias sem terra das periferias das grandes cidades bolivianas e de áreas do sul do país para a região da floresta. Salsero acredita que não ocorrerá conflitos entre brasileiros e bolivianos. "Existe terra para todo mundo", afirmou.

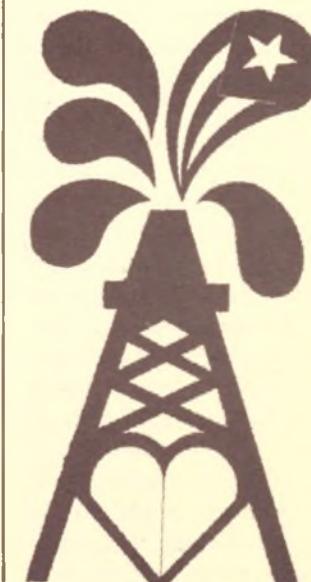
(DC)

SOLIDARIEDADE

UMA GOTA DE AMOR A CUBA

Não deixe Cuba parar! Vamos driblar o bloqueio imposto contra a ilha e enviar um barco de petróleo! Com esse lema, foi lançada no dia 26 de julho, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, pelo Fórum de Solidariedade a Cuba da Grande São Paulo, a campanha *Umagotadeamor a Cuba*, com a proposta de arrecadar fundos para ajudar o país a superar a falta de combustível, provocada pelo bloqueio imposto pelos Estados Unidos e o esfriamento das relações comerciais com o Leste europeu, especialmente a Comunidade de Estados Independentes (ex-União Soviética), depois do fim chamado "socialismo real" naqueles países.

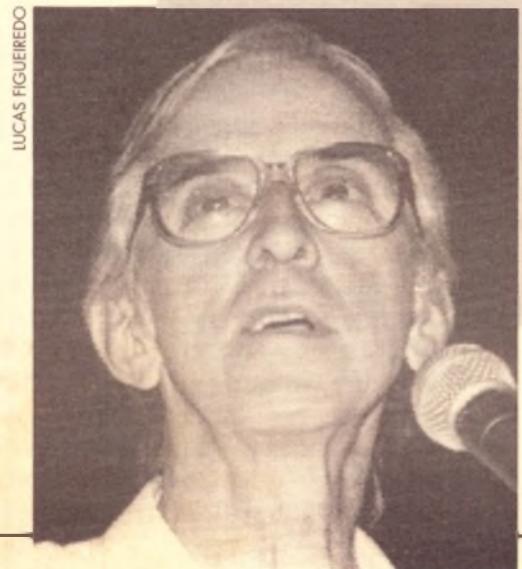
Para receber as contribuições, foi aberta a conta cor-



rente nº 132.302-2000/89 no Banco Bamerindus, agência Santos Dumont, Rio de Janeiro. Quem quiser colaborar pode depositar qualquer valor nesta conta.

Para uma participação mais efetiva nas atividades de solidariedade a Cuba, os interessados podem participar das reuniões do Fórum, que se realizam regularmente às quartas-feiras, a partir das 19 horas, no Instituto Sedes Sapientiae, rua Ministro Godói, 1.484 - Perdizes - São Paulo. Fundado em junho, visando aglutinar as pessoas e entidades que trabalhavam isoladamente em favor de Cuba, o Fórum conta hoje com 40 entidades.

Por que eu assino Brasil Agora?



Brasil Agora defende o que muitos já dão por perdido: a vitória do povo na socialização, na verdadeira democracia também econômica, na paz com justiça e na liberdade livre de neo-liberalismos. Não para amanhã, para hoje, agora.

D. Pedro Casaldáliga
Bispo de São Félix do Araguaia

PREENCHA EM LETRA DE FORMA. Envie cheque nominal e cruzado à **EDITORA BRASIL AGORA LTDA**, Alameda Gleba, 1049 - Sta. Cecília - CEP 01215 - São Paulo/SP - Fones (011) 222.6318, 220.7718 e 223.2974

NOME _____

ENDEREÇO _____

CIDADE _____

FONE _____

UF _____

CEP _____

PROFISSÃO _____

- Assinatura 12 edições Cr\$ 64.000,00
- Assinatura para o exterior (semestral US\$ 30,00)
- Assinatura 25 edições (anual) Cr\$ 128.000,00
- Assinatura de apoio (anual) Cr\$ 198.000,00



**BRASIL
AGORA**

Assine você também!

OUVIDOR GERAL

Não devia passar pela cabeça da Rede Globo a idéia de que o seriado *Anos Rebeldes* fosse coincidir com a avalanche anti-Collar que tomou as ruas do país. A série provocou comentários contraditórios, desde os que acharam que não foi fiel aos fatos até aqueles que acharam perfeita a recriação do "espírito da época".

Nem tanto a Deus, nem tanto a César: a série não conseguiu reproduzir o papel que a própria imprensa teve na época, ajudando muitas vezes a consolidar o golpe militar. E não me refiro apenas à Globo. Não me esqueço, por exemplo, da manchete da *Folha de S. Paulo* no dia seguinte ao da posse do marechal Castelo Branco: diante da foto da Esplanada dos Ministérios ocupada pelos tanques do Exército: "Os tanques da paz".

Mas a série criou um vínculo inequívoco entre o passado e temas do presente, principalmente através da personagem Heloísa, vivida por Cláudia Abreu. O contraste entre a alegria da personagem e a melancolia de seu assassinato no final, ficou como a marca de uma geração, incorporada pela atual. Heloísa vai da busca da liberdade individual para a busca problemática de uma libertação coletiva, motivo pelo qual é traída pelo pai conservador e aniquilada pela ditadura. Os jovens satuais também se sentem, no fundo, traídos, principalmente pelas promessas de que um consumismo vazio e inócuo possa trazer um sentido libertador. Heloísa fez-se assim uma ponte entre dois tempos, e penso ser com ela que a juventude de se identificou.

Há algo nessa juventude que estavam matando; não à bala, mas por asfixia, envenenamento, abandono, engodo. Felizmente eles disseram não, e a série da Globo catalisou um sentimento difuso, graças a capacidade de amalgamar imagens do passado com sentimentos do presente. A questão da parcial infidelidade histórica é relativamente secundária: é ficção, e não documentário; e lembremos que a literatura romântica é filha de uma grande fraude literária, a da criação de um hipotético bardo do século III escocês em pleno século XVIII... Nem por isso ela é menos verdadeira. Só falta agora a Globo fazer um *Você Decide* sobre o destino de Collor.

FLÁVIO AGUIAR

ONDE ANDARÁ MARÍLIA PERA?



E N T R E V

A palavra segundo



‘ O que eu peço aos meus leitores brasileiros é que leiam o livro como é e que se tiverem de fazer um esforço, pois que façam ’

O Congresso América 92 - Raízes e Trajetórias, realizado no campus da Universidade de São Paulo de 17 a 20 de agosto e na Universidade Federal do Rio de Janeiro na semana seguinte, teve a expressiva participação do escritor português José Saramago, autor do recentemente lançado *O Evangelho Segundo Jesus Cristo*, e de outros livros que, mais do que o sucesso, conseguiram considerável estima no Brasil, como *Jangada de Pedra* e *Memorial do Convento*. O escritor participou da mesa de abertura, sobre *A Universidade na América Latina*, mas a consagração veio mesmo à noite, quando deu conferência que foi, de fato, "abertura simbólica" do Congresso. Antes de começar a dizer sua palestra, que versou sobre as relações entre literatura e história, Saramago foi longamente aplaudido por um auditório lotado e de pé - fato que o

levou à voz embargada e ao comentário de que era melhor ler de uma vez o texto antes que fosse impossível. Saramago, com o bom humor, a agudeza e o rigor crítico que o caracterizam, dialogou com a platéia americana que o aguardava de igual para igual, sem paternalismo nem culpa.

Brasil Agora nº 17 publicou entrevista de três páginas com o escritor. Mas não era tudo. Apresentamos agora a segunda parte da entrevista, onde Saramago volta a falar de seu livro mais recente, das raízes comuns e das trajetórias diferentes de nossas línguas portuguesas em quatro continentes, e de seus planos para o futuro. Com a entrevista publicada anteriormente, também concedida a Ivana Jinkings, como esta, *Brasil Agora* inteira o mais abrangente depoimento de Saramago para o público brasileiro.

crevem artigos nos jornais - também eles muitas vezes ofensivos e insultuosos - um dos argumentos é o de que Deus não é isso. Bem, independentemente da pergunta que eu inevitavelmente faço sobre o que é realmente Deus para essas pessoas ou que Deus é esse de quem as pessoas julgam poderem falar, há uma questão que nos separa. O Deus de que eu trato no livro é o Deus do Velho Testamento e o Deus do Velho Testamento em si mesmo é autoritário, é rancoroso, é vingativo. Basta ler a Bíblia com atenção suficiente para saber que o Deus dos judeus, o Deus do Velho Testamento, é o mesmo de quem eu falo.

Deus, no livro, representa o poder autoritário?

Sim, mesmo que Ele não represente a opressão, porque pode não ter sido sempre opressor, ele representa, insofismavelmente, o poder. E um poder discricionário. Um poder que, sendo divino é absoluto. Olha, quando as pessoas dizem hoje que Deus não é aquilo de que eu falo, esquecem que o que aconteceu a Deus ao longo desses dois mil anos é

Em quase toda a sua obra é possível encontrar uma referência, uma opinião sobre a Igreja e o poder da Igreja. Por que isso, se o senhor é declaradamente ateu?

Esta preocupação com a Igreja como instituição de poder sempre esteve presente em mim, mesmo sendo eu, como de fato sou, ateu. O fato é que a Igreja nos governa muito mais do que aquilo que imaginamos no nosso dia-a-dia. Então, digamos que tudo aquilo que era tratado de uma maneira avulsa nos meus livros anteriores veio encontrar-se em O

Evangelho Segundo Jesus Cristo de uma forma mais radical e o tema central é também o mais radical. Mas não porque eu tivesse a intenção antes de escrever o livro. Ele nasce de uma idéia súbita, em maio de 1987, que podia não ter seqüência, mas que foi pouco a pouco sendo elaborada.

Jesus é retratado como um ser oprimido e, em contrapartida, o Deus de "O Evangelho..." é um Deus excessivamente autoritário...

Eu não acho que ele seja excessivamente autoritário. Quando certos teólogos es-

Saramago

O fato é que é que a igreja nos governa muito mais do aquilo que imaginamos no nosso dia-a-dia

que Ele foi-se transformando para se parecer com Jesus. Quer dizer, não há nenhuma semelhança entre a idéia de Deus no ano de 1992 e a idéia de Deus que tinham Jesus e seus contemporâneos. Então, tudo quanto se expressou em toda a mudança, a transformação lenta Desse para o Deus do perdão e do amor, no fundo é para fazer parecer o pai ao filho. E eu não tenho nem que provar a existência de Deus nem a sua inexistência.

Então por que o senhor precisou do elemento divino?

O livro mostra todo um lado onde Jesus parece mais humano e no entanto...

Mas é que surge aí uma questão que do meu ponto de vista é central. Jeová é o rei dos judeus, apenas. É o criador do universo mas é um criador um pouco estranho porque escolheu para seu povo apenas aquele, os judeus. E na minha ficção o que acontece é isto: Deus está cansado de pagar aqui todo um olhar irônico, para não dizer sarcástico, sobre todas essas coisas, está cansado de ser apenas o Deus de um povo e quer ser um Deus universal, católico, e para isso, como bom político que é...

Ele era um bom político, mesmo sendo autoritário?

O que eu quero dizer é que, tendo conservado sua relação com o povo judeu,

O Deus do Velho Testamento é em si mesmo autoritário, é rancoroso, é vingativo

por outro lado esse mesmo Deus-supondo que estamos a falar de qualquer coisa real - conseguiu efetivamente não direi tornar-se católico, porque o catolicismo também não cobre todo o mundo, mas conseguiu alargar aquilo que nós costumamos chamar de sua "área de influência", que estava limita-

da a Israel, à Palestina, e que evidentemente hoje cobre uma grande parte do mundo. E portanto é esse o sentido crítico de uma operação política que leva a encontrar uma vítima, encontrar um mártir, para poder sobre o sangue, sobre a vida dessa vítima construir o edifício de poder que é a Igreja Católica. Agora, é claro que os católicos não gostam disso, eu já sei. A Igreja, quer aqui quer no Brasil, não escuta nada, são incapazes de pensar nas coisas sem insultar. Mas, enfim, eu já esperava por isso.

Na edição brasileira do livro está escrito que "A pedido do autor mantém-se a ortografia vigente em Portugal". Qual a razão? O senhor acha que a obra perderia qualidade com a adaptação?

Deus conseguiu alargar aquilo que nós costumamos chamar de sua "área de influência", que estava limitada a Israel, à Palestina

Não, eu não acho que perderia. Mas acho que a situação ideal na comunicação entre irmãos portugueses e brasileiros seria a comunicação em que nenhum de nós tivesse de modificar fosse o que fosse na sua maneira de falar ou de escrever, na construção sintática, na norma gráfica, que pudéssemos continuar fazendo aquilo que fazemos e sendo compreendidos sem dificuldade de um lado e de outro. Considero absurdo obrigar num país ou noutro que edições do outro país se sujeitem às normas do país onde o livro vai ser editado. Para mim, quero ler um livro brasileiro tal qual ele foi escrito e quero que os brasileiros leiam meus livros tal como os escrevi.

Mas o senhor não acha que isso pode dificultar a leitura para algumas pessoas? Afinal existem muitos termos de uso diferente na língua?

Mas o senhor não acha que isso pode dificultar a leitura para algumas pessoas? Afinal existem muitos termos de uso diferente na língua.

Considero um absurdo obrigar num país ou noutro que edições do outro país se sujeitem às normas do país onde o livro vai ser editado

português vai seguir seu próprio caminho e, portanto, vai ser uma língua portuguesa cheia de diferenças de país para país e o enriquecimento dela não está na imposição de uma norma - fosse ela do Brasil, nossa ou de quem quer que seja - mas justamente na contradição de que cada país vai levar o corpo comum da língua, que admite ou tem que admitir tudo. E nossa riqueza linguística de leitores será tanto maior quanto conhecidas as diferenças do português falado nesses sete países. Não podemos ir para uma solução de comodidade, que seria reduzir todas as diferenças de seis países à norma de um. Porque isso é empobrecer a própria língua. Se amanhã um acordo ortográfico se estabelecer - melhor que aquele que andou a ser discutido, debatido, quase uma espécie de guerra santa -, que possa merecer a aprovação de todos esses países, então aí estou de acordo em que o meu livro se vá sujeitar a essa norma, que será comum de todos. Enquanto isso não acontecer, eu quero ler em Portugal livros de autores brasileiros e reconhecer naquela língua a minha, na forma brasileira. Enriqueçam com isso, aprendo mais do que sabia antes.

O senhor acha, então, que a nossa questão é muito diferente da colocada pelos movimentos autonomistas da Espanha, por exemplo, que hoje se voltam contra os acordos feitos para a unificação da língua? Os bascos, os galegos, os catalões querem o direito de falar sua própria língua.

Mas eles têm cada um uma língua diferente. No nosso caso não, e para além das histórias contadas, do

Considero um absurdo obrigar num país ou noutro que edições do outro país se sujeitem às normas do país onde o livro vai ser editado

estilo e tudo o mais de cada país, há de se mostrar no modo de escrever essa mesma diferença. O que eu peço aos meus leitores brasileiros é que recebam o livro como é e que, se tiverem de fazer

Jeová é o rei dos judeus, apenas. É o criador do universo mas é um criador um pouco estranho porque escolheu para seu povo apenas aquele, os judeus

um esforço, pois que façam.

Qual será seu próximo livro?

Estou a escrever o livreto de uma ópera que será apresentada em outubro de 1993, numa cidade alemã chamada Münster.

É uma obra encomendada?

Sim, pelo mesmo grupo que criou em Milão, há dois anos, e aqui em Lisboa, no ano passado, a ópera *Blimunda*, baseada no *Memorial do convento*.

E essa próxima, como se chama?

Não tem título ainda. Mas o tema é religioso - não fui eu que escolhi...

Desse jeito o senhor vai acabar virando especialista em temas religiosos...

É... (risos) eu não ando assim tão preocupado com a religião mas dá uma idéia de que estou a me tornar especialista nisto.

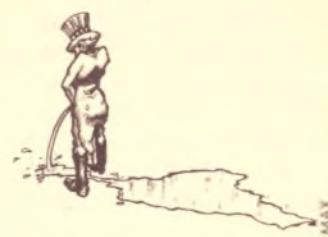
Essa história se passa no século XVI, no movimento de Lutero e depois as várias seitas que surgiram no interior do luteranismo, do protestantismo - uma muito especialmente, que teve uma importância muito grande no norte da Alemanha e na Holanda, e que neste caso, nos anos de 1534 e 35, foi um verdadeiro drama que acabou de fato numa tragédia e numa carnificina que foi o movimento dos Anabáticos. É sobre isso que trata o livro.

E para o próximo romance, já existe um projeto?

Tenho algumas idéias, mas enquanto eu não acabar este livreto prefiro não falar disto.

AMÉRICA 92

TEMOS FUTURO?



Esta, na verdade, foi a grande preocupação dos que debateram, durante duas semanas, o tema do Congresso, em São Paulo e Rio de Janeiro, "América 92: raízes e trajetórias", sob os mais diferentes aspectos. Existe a certeza de que todos os que pensam sobre os horizontes culturais sociais, históricos da América Latina, por exemplo, em relação a seu *Big Brother* do Norte, estão cansados da "retórica da integração". Ir além dessa retórica é uma reivindicação geral, mas aí começam os problemas e os caminhos transversos. Em primeiro lugar, integrar o quê com o que? É possível pensar em integração, para citar um exemplo extremo, entre Cuba e o Haiti? Não, a menos que haja transformações radicais num dos pólos desse binômio, e aqui, neste caso, não estou me referindo a Cuba... Como enfrentar a questão de integração continental se os Estados Unidos mantêm uma política beligerante no Caribe - em especial contra Cuba, mas também, no passado próximo, contra o Panamá e Granada - que contrasta com a pusilanimidade da administração Bush diante da ditadura haitiana? E como integrar países socialmente desintegrados, como é o caso da imensa maioria dos países do continente? O peso das perguntas não empanou o brilho do evento, que contou com a participação de centenas de escritores, professores, pesquisadores de inúmeros países e não só das Américas. Ficou no ar a urgência das respostas, que deverão contar com a colaboração dos bancos acadêmicos, mas não sairão só deles.

(F.A.)



À contra-corrente das opiniões, alguns meses atrás em um artigo você deu nota zero à política de Marcílio. Por quê?

Você tem de analisar as políticas por seus resultados. A política de Marcílio dá como resultado um milhão e trezentos mil desempregados na Grande São Paulo, é mantida com o salário-mínimo sendo reajustado a cada quatro meses, o que significa que ele cai de uns 90 para 50 dólares a cada quadrimestre. Porque também a política é incompetente para enfrentar o problema da inflação e o crescimento da economia. Por mais que a pessoa dele possa ser simpática para alguns, ter um comportamento diplomático e educado, a sua política não merece aprovação.

Há um paradoxo: enquanto as pesquisas demonstram um altíssimo nível de desaprovação da política econômica entre os setores majoritários da população, no nível dos formadores de opinião há uma complacência em torno à figura de Marcílio. Há uma espécie de senso comum em torno da noção de que o caminho para a chamada "modernização" é mesmo doloroso mas necessário...

Quem fez medidas mais profundas no sentido de mexer com a economia foi a Zélia. Alguns analistas dizem inclusive que Marcílio está na direção certa mas parado. Ou seja: ele está ideologicamente direcionado para o neoliberalismo mas não toma medidas mais profundas porque espera uma reforma fiscal. Mas uma reforma fiscal nunca dá resultados de curto prazo. Então, é um grande equívoco esta posição.

Agora, é sintomático que as manifestações pró-Marcílio sejam quase só de empresários. Eles vêm em Marcílio a garan-



JUAN STEVENS/FI

WALTER BARRELLI

Marcílio, nota zero

O coordenador da área de economia do Governo Paralelo afirma, nesta entrevista concedida a Juarez Guimarães, que o ministro Marcílio é incompetente e sua política baseia-se numa engenharia da destruição social.

tia de que não haverá choques, os preços continuarão liberados de qualquer controle e a gestão da economia permanecerá apoiada pelo sistema financeiro internacional. O economista João Cardoso de Melo, em uma palestra recente, mostrava que os beneficiários do crescimento econômico no período da ditadura militar - a classe média alta



MILTON RODRIGUES

SARAJEVO

No dia 29 de agosto o gráfico aposentado Honório Contesouto, 69 anos, morreu fulminado por um ataque cardíaco no balcão do Posto de Benefícios do INSS, na rua dos Trilhos, Moóca, em São Paulo. Junto com sua esposa, Maria Nóbrega, ele iria receber a primeira aposentadoria dela, por tempo de serviço como costureira, no valor de 400 mil cruzeiros. Tinham esperanças de que ela também tivesse direito aos 147%.

"Ele estava bastante chateado ultimamente" contou Maria, chorando bastante enquanto esperava o encaminhamento do corpo ao IML. "Depois que ele se aposentou como gráfico passou a receber pouco mais de um salário-mínimo por mês. Para completar o dinheiro das despesas de casa começou a trabalhar como contínuo nas Lojas Buri, onde recebia mais 300 mil. Só que há dois meses ele foi demitido e a situação se complicou."

Com a nova lei dos aluguéis, o casal estava sendo despejado do apartamento onde morava pagando 300 mil por mês. "Meu marido sempre reclamou do presidente Collor por segurar o pagamento dos 147%, e com razão, pois quando ele finalmente foi liberado o valor só deu para pagar o advogado que cuidou do caso do aluguel", diz a costureira.

ENGENHARIA DE DESTRUÇÃO. Sarajevo é aqui: basta ter olhos para ver. A pesquisa mensal de desemprego da Fundação Seade mostra que são os pais de família que estão engrossando em massa a fila dos desempregados.

e a burguesia afluente - acham que com a abertura para o exterior vai ter carro estrangeiro, televisor de alta resolução, mais facilidade para comprar mercadorias que ela vê em sua viagens internacionais. A grande maioria dos jornalistas que escrevem defendendo a atual política econômica é também participante desta camada social. São formadores de opinião que conhecem o Primeiro Mundo e

É AQUI

O ex-metalúrgico Gilvan Ribeiro da Silva, de 43 anos, morador de Barueri, conta que está sem trabalho há um ano e quatro meses. Atualmente nem "bicos" consegue mais. Desde que ficou sem trabalho, Gilvan perdeu quinze quilos (pesava 73 e está com 58) e faz, em média, uma refeição por dia, geralmente o jantar. Manoel Cruz Ferreira, de 33 anos, ex-pintor de paredes, está desempregado desde novembro. Sua mulher está sustentando a casa com o dinheiro que ganha como faxineira. O ex-pintor, pai de quatro filhos, conta que desde domingo não tem comida em casa.

POLÍTICA CLASSE A. Uma pesquisa recente da agência Inter Science, empresa paulista de pesquisas do mercado, concluiu que a classe A - aquelas pessoas que têm dinheiro de sobra hoje no país - não passa de 1% da população. São os 1,46 milhão - o nosso Primeiro Mundo para quem Marcílio faz toda sua política.

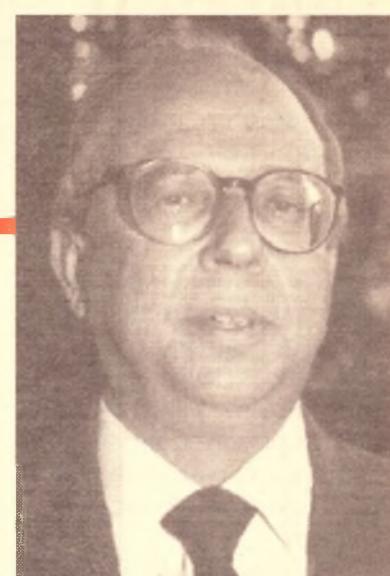
Os "marcilistas", de acordo com o perfil da pesquisa, têm 2,41 carros em média na garagem, têm cartão de crédito internacional e usufruem de padrão sofisticado de consumo (do telefone sem fio ao microcomputador). Metade deles aplica em algum ativo de risco, como dólar, ações e ouro. São os únicos a ver os objetos de arte como investimento.

JORGE ARAUJO/FI

querem viver nele. Têm condições de viver em ilhas de prosperidade, como é o bairro de Alphaville na periferia de São Paulo, e são os que em geral ocupam o espaço da mídia. Não há um grande veículo de comunicação que reflita os interesses dos trabalhadores. E o neoliberalismo promete este acesso a estes bens do Primeiro Mundo para aqueles que estiverem integrados na "moderndade".

Não seria possível também identificar uma certa vitória da tradição mais conservadora dos economistas que diagnosticam o centro da crise brasileira na expansão excessiva dos gastos do Estado e que vêm a saída pelo lado da afirmação pura e simples do mercado?

Sim. Quando falamos do neoliberalismo - que é uma ideologia incompleta porque só trata do econômico - nos referimos a uma ideologia muito poderosa porque emprega valores centenários como a liberdade de mercado, de empreendimento, associada a um bom uso dos recursos. Este é um valor muito presente hoje na sociedade. Os recursos devem ser bem empregados. E esta ideia foi muito bem trabalhada depois que o Collor assumiu o governo. Qualquer outra alternativa seria estatizante, inefficiente. Esta posição dominava a cena até dois domingos atrás quando a população foi para as ruas vestida de luto. Aí começam a aparecer outros valores que são fortes mas que você nota que não têm ainda uma expressão visível.



B R A S I L
A G O R A

